

RE LA TÓ RIO

2021-2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ



RE LA TÓ RÍO

2021-2022

Produção e Supervisão
Secretaria de Gestão Estratégica

Gestão Atual

2021-2022

Presidente

Des. José Ribamar Oliveira

Vice-Presidente

Des. Raimundo Eufrásio Alves Filho

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Fernando Lopes e Silva Neto

Vice-Corregedor

Des. Joaquim Dias de Santana

Ouvidor-Geral e Vice-Diretor da EJUD

Des. Erivan José da Silva Lopes

Auxiliar da Presidência

Juiz Rodrigo Tolentino

Auxiliar da Presidência

Juiz Lirton Nogueira Santos

Auxiliar da Vice-Presidência

Juíza Mariana Cruz Almeida Pires

Auxiliar da Corregedoria

Juiz Carlos Augusto Arantes Júnior

Auxiliar da Corregedoria

Juiz João Henrique Sousa Gomes

Auxiliar da Vice-Corregedoria

Juiz Mário César Moreira Cavalcante

Diretor da EJUD

Des. Sebastião Ribeiro Martins



A large, dark grey sign with the text "TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ" in raised, light-colored letters. To the left of the text is a small emblem of the state of Piauí. The sign is set against a background of a chain-link fence and a clear sky.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Composição Desembargadores

2º GRAU

Desembargador

José Ribamar Oliveira

Desembargador

Raimundo Eufrásio Alves Filho

Desembargador

Fernando Lopes e Silva Neto

Desembargador

Joaquim Dias de Santana Filho

Desembargador

Raimundo Nonato da Costa Alencar

Desembargador

Edvaldo Pereira de Moura

Desembargadora

Eulália Maria Pinheiro

Desembargador

Haroldo Oliveira Rehem

Desembargador

Sebastião Ribeiro Martins

Desembargador

José James Gomes Pereira

Desembargador

Erivan José da Silva Lopes

Desembargador

Pedro de Alcântara Macêdo

Desembargador

Hilo de Almeida Sousa

Desembargador

Ricardo Gentil Eulálio Dantas

Desembargador

Oton Mário José Lustosa Torres

Desembargador

Olimpio José Passos Galvão

Desembargador

Manoel de Sousa Dourado

Desembargador

Jose Wilson Ferreira de Araújo Junior

Desembargador

Aderson Antônio Brito Nogueira

Secretariado

Secretário Geral

Paulo Sílvio Mourão Veras

Secretária da Presidência

Núbia Fontenele de Carvalho Cordeiro

Secretário de Assuntos Jurídicos

Rafael Rio Lima Alves de Medeiros

Secretário de Administração e Gestão de Pessoas

Francisco Tiago Moreira Batista

Secretária Judiciária

Paula Meneses Costa

Secretário de Orçamento e Finanças

Roosevelt dos Santos Figueiredo

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

Agnaldo Abreu Almendra

Secretária de Gestão Estratégica

Lanny Cléo Macêdo Quadros

Superintendente de Segurança

João Castelo Mirada Castelo Branco

Superintendente de Gestão da Saúde e Qualidade de Vida

Pedro Leopoldino Ferreira Filho

Superintendente de Engenharia e Arquitetura

Otávio Nogueira Matias

Superintendente de Gestão de Contratos e Convênios

Germana Leal de Sousa

Superintendente de Licitações e Contratos

Rosely de Nazaré Santos Aguiar

Superintendente do Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Piauí - FERMOJUPI

Chandra Marreiros Moreira Vasques

Superintendente de Controle Interno-SCI

José Ribeiro de Carvalho Filho

Titular da Unidade de Auditoria Interna

Gustavo Diógenes Pessoa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

Sumário

Palavra do Presidente	08
Palavra do Corregedor	10
Palavra do Diretor da EJUD	12
Mapa Estratégico	14
Organograma Poder Judiciário	18
Diretrizes	20
● Diretriz Estratégia	22
● Diretriz Inovação	43
● Diretriz Eficiência	53
● Diretriz Resolutividade	73
Corregedoria Geral de Justiça - CGJ	87
Escola Judiciária do Piauí - EJUD	89
Resultados	92
● Dados - Relatório Justiça em Números	93
● Dados - Boletim Estatístico	96
● Dados - IGOV-TIC-JUD	96
● Dados - Gerais	97
● Dados - Metas Nacionais 2021 e 2022	98
● Prêmio - CNJ de Qualidade	100

PALAVRA DO Presidente



Des. José Ribamar Oliveira

Encerrar uma gestão é, antes de tudo, avaliar o compromisso firmado quando de seu início. É recordar a trajetória e reconhecer erros e acertos. Revivo os anos de 2021 e 2022 e sinto a alegria do dever cumprido.

Ao ser eleito presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, definimos as quatro diretrizes da Gestão 2021-2022 do TJPI: Estratégia, Inovação, Resolutividade e Eficiência. Todo o trabalho que desenvolvemos nesses dois anos esteve fortemente ligado a essas diretrizes.

Construímos o planejamento estratégico do Tribunal de forma colaborativa, envolvendo magistrados, magistradas, servidores e servidoras. Estudamos a fundo as Metas Nacionais do Poder Judiciário para cada ano e estabelecemos as nossas próprias metas, desenvolvendo novos modelos de processos de trabalho e propondo novas metodologias.

Em nossa gestão, todas as políticas institucionais foram contempladas: violência doméstica, sistema prisional, capacitação de egressos, sistema socioeducativo, infância e juventude, garantia de direitos fundamentais, apostando em políticas consensual e restaurativa, aperfeiçoamento na geração e tratamento de dados, disponibilizamos novas tecnologias por meio do Programa Justiça 4.0, iniciamos avanços consideráveis de inteligência artificial, o que reverberou na melhoria da nossa produtividade nos julgamentos dos processos e conseqüentemente da nossa prestação jurisdicional.

Mantivemos o olhar atento a cada eixo de atuação do Poder Judiciário, sempre com o objetivo de atingirmos a excelência na prestação jurisdicional, em benefício da sociedade.

Foram muitas as conquistas. Em 2021, subimos 07 posições na classificação do Prêmio CNJ de Qualidade, alcançando a 20ª posição. Ficamos felizes, mas queríamos mais.

Em 2022, conquistamos o 1º lugar do Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade, ao alcançarmos o 11º lugar geral. Em dois anos de gestão, subimos 16 colocações. É um feito memorável.

Conquistamos, também em 2022, o 1º lugar entre os tribunais estaduais no Ranking da Transparência, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Ao entregar esse Relatório de Gestão, elencamos os resultados obtidos ao longo dos últimos dois anos: aumento na produtividade de servidores e magistrados; redução no tempo médio de tramitação de processos, número recorde de baixas processuais, instalação da Central de Processos Eletrônicos no 1º e no 2º grau; núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; esforços concentrados para julgamento de processos sobre diversos temas; criação de painéis de monitoramento em tempo real; e muitas outras ações.

Fizemos todo esse caminho com muita determinação e consciência. Os resultados alcançados não são apenas porcentagens e números. São fotografias do quanto melhoramos na prestação jurisdicional, do quanto avançamos como instituição pública que tem como Missão “oferecer justiça e assegurar a pacificação social”.

Essas conquistas não são apenas minhas e de minha equipe administrativa. São de todos. Cada servidor e servidora, cada magistrado e magistrada que se debruçou sobre o seu labor, que criou projetos, que desenvolveu campanhas e abriu o olhar para o que, de fato, a sociedade precisa e espera de nós.

Findo esses dois anos como presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí com orgulho de tudo o que construímos juntos e com um profundo sentimento de gratidão a todos e todas os que fazem o Tribunal de Justiça do Piauí.

Nós fizemos muito porque estivemos sempre irmanados. Nós nos apoiamos, acolhemos e incentivamos durante todo o caminho. Não fomos perfeitos, é verdade. Mas não precisamos ser.

O que nós precisamos, hoje e sempre, é continuarmos juntos, trabalhando para o bem comum e a justiça social.

Muito obrigado, TJPI.

PALAVRA DO Corregedor



Des. Fernando Lopes e Silva Neto

No dia 5 de outubro de 2020, com a escolha da Direção do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI) para o biênio 2021/2022, descortinava -se o maior dos desafios profissionais de uma carreira de 39 anos dedicados à magistratura: assumir a função de Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Piauí. Três meses depois, no dia 7 de janeiro de 2021, tomávamos posse em um momento de grande adversidade para a humanidade, a pandemia da Covid-19.

Um desafio ainda maior para o Poder Judiciário, afinal, a demanda por Justiça, solução de conflitos e pacificação social é incessante e inerente à sociedade. Nesse horizonte, elaboramos um Plano de Gestão pautado no aprimoramento da qualidade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciais de 1º Grau, seja por meio da atividade correicional, intrínseca a este órgão, seja por meio de projetos e iniciativas que buscassem dar suporte às Varas e aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais na Capital e no interior, sempre em alinhamento com o Plano de Estratégia Nacional do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e com o Plano Estratégico do TJ-PI.

Em cumprimento à sua missão institucional, a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí, na Gestão 2021/2022, aperfeiçoou as atividades correicionais, com a utilização de ferramentas informatizadas da gestão e monitoramento de dados, confecção e acompanhamento de Plano de Ações, além de detecção de boas práticas.

Nas áreas judicial e disciplinar, contamos com o empenhado e zeloso trabalho de nossos juízes auxiliares e suas diligentes equipes de servidores, orientando, corrigindo e inspecionando as atividades judiciais na Capital e no interior.

Ao final desta árdua e honrada missão, avaliamos que a Administração do Poder Judiciário é um processo dinâmico, que requer aperfeiçoamento contínuo para atender as demandas da sociedade piauiense.

Acreditamos que, por tudo que está exposto no Relatório, nossas metas foram atingidas e nossa contribuição foi materializada. E, para isso, contamos com o apoio dos virtuosos servidores da Corregedoria Geral da Justiça. Não posso deixar de registrar meu agradecimento a cada um deles por sua dedicação e profissionalismo.

PALAVRA DO Diretor da EJUD



Des. Sebastião Ribeiro Martins

Após dois anos de intenso e profícuo trabalho, tenho que reconhecer que foi uma experiência gratificante a vivenciada na gestão do biênio 2021-2022 da Escola Judiciária do Piauí.

Com a missão de “Promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores viabilizando o desenvolvimento educacional, estabelecendo política educacional pautada em saberes transdisciplinares, voltados à abrangência social do seu fim público”, realizamos nesse período uma vasta gama de cursos, seletivos, cursos de mediação, congressos, pós-graduação lato sensu, mestrado e doutorado, com o objetivo de capacitar integrantes do Judiciário e também de diversos órgãos, por meio de parcerias.

Mesmo com os desafios enfrentados nesse biênio, considero que esta unidade cumpriu seu papel de relevante contribuição e engrandecimento para a evolução do Sistema Judiciário, onde participa, com louvor, de, no mínimo, três macrodesafios (Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira) dentro dos quais devem ser observados pelo segmento da justiça estadual pelo Conselho Nacional de Justiça.

Todo esse resultado positivo foi possível graças ao trabalho diário em equipe, participação efetiva de todos, apoio e logística da Administração Geral do TJ/PI e Corregedoria, contribuindo para uma Justiça mais célere, acessível e de qualidade.

Em nome de toda a equipe da Escola do Judiciário do Piauí sinto-me honrado em garantir que atendemos as demandas e objetivos do Projeto Político Pedagógico (PPP) proposto e que segue com os resultados apresentados neste Relatório.

MAPA ESTRATÉGICO

20
26

20
21



MISSÃO

Assegurar a justiça e a pacificação Social

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma instituição que realiza a justiça de forma efetiva.

SOCIEDADE

- Garantia dos direitos Fundamentais
- Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade

APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Aperfeiçoamento da Gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de Tic e de Proteção de Dados

PROCESSOS INTERNOS

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
- Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios
- Promoção da sustentabilidade
- Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

ATRIBUTOS DE VALOR

Credibilidade, Acessibilidade, Inovação, Transparência, Sustentabilidade, Ética, Probidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Imparcialidade e Resolutividade

DIRETRIZES

TJ-PI

DIRETRIZ
ESTRATÉGIA

DIRETRIZ
INOVAÇÃO

DIRETRIZ
EFICIÊNCIA

DIRETRIZ
RESOLUTIVIDADE

Valorização de práticas focadas no desenvolvimento do Poder Judiciário, buscando a alta performance e consolidando vias de diálogo entre instituições essenciais à Justiça.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA



Configuração do modo de pensar e agir
diante do ambiente e projeção do
planejamento do TJPI como mecanismo de
impulsionamento da atividade jurisdicional.

Principais ações e resultados alcançados na **Diretriz Estratégica**, conforme as áreas abaixo elencadas:

Planejamento Estratégico 2021-2026

O Tribunal de Justiça do Piauí tem direcionado esforços para a consolidação da Gestão Estratégica como premissa para uma prestação jurisdicional cada vez mais eficiente. Neste sentido, o Planejamento Estratégico 2021-2026 foi construído de forma participativa, envolvendo gestores das diferentes unidades, que contribuíram com sugestões de iniciativas e indicadores alinhados aos objetivos estratégicos propostos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Para a elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 foi realizada a **I Jornada do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Piauí, ciclo 2021-2026**, em formato virtual e sustentável, com 12 Ciclos de Líderes Avançados, em que cada ciclo desenvolveu um dos 12 macrodesafios (ou “grandes objetivos”) com os quais o Poder Judiciário Nacional irá trabalhar durante o período de vigência do Planejamento, a fim de proporcionar uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Os produtos do **Planejamento Estratégico do TJPI**, elencados abaixo, estão dispostos no seguinte Link:

CLIQUE PARA ACESSAR O LINK 

- Revisão da Estratégia;
- Identidade organizacional;
- Mapa Estratégico do TJPI;
- Planejamento Estratégico;
- Indicadores e Metas;
- Cesta de Iniciativas Estratégicas.

Os projetos decorrentes do planejamento estão sendo gerenciados através do CAPTEI, software desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação especialmente para este fim.

Plano de Gestão 2021/2022

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí apresentou o seu Plano de Gestão para o biênio 2021-2022. Trata-se de um instrumento que, alinhado às diretrizes das Resoluções TJPI n. 04/2015 e CNJ n. 325/2020, apresenta de forma metodológica os objetivos e as iniciativas da gestão. Importante destacar que fora observada a consulta pública realizada com órgãos parceiros do Judiciário piauiense, corroborando o viés participativo e democrático que deve nortear a administração pública.

Os objetivos, com suas respectivas iniciativas, para fins didáticos, foram agrupados segundo as diretrizes definidas pela gestão - Estratégia, Inovação, Eficiência e Resolutividade. Cada objetivo é acompanhado de uma descrição e alinhamento com os macrodesafios propostos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário. Posteriormente, serão acrescentados os indicadores de desempenho e as metas pretendidas que serão utilizados para o seu monitoramento.

INICIATIVAS DO PLANO DE GESTÃO

FINALIZADAS

- Mapeamento dos elementos de pontuação para diagnosticar os graus de deficiências e promover ações direcionadas;
- Definição de gestores e metas individualizadas, que serão acompanhadas regularmente;
- Criação de um Painel de Bordo alimentado pela SEGES para gerenciamento do andamento dos elementos de pontuação e suas metas;
- Capacitar com Foco na Estratégia - Elaborado
- Publicar ato normativo instituindo o Encontro Estadual da Estratégia do TJPI
- Retomar o alto desempenho do TJPI no Ranking da Transparência do CNJ
- I e II Encontros realizados
- Pesquisa de satisfação realizada com as devidas tabulações
- Relatório Analítico e sintético da Pesquisa
- Ações de divulgação e esclarecimentos do papel do TJPI, serviços prestados por seus servidores e magistrados
- Publicar ato normativo de programa de premiação
- Elaboração de material educativo
- Ato normativo em formato de recomendação a magistrados relativa à concessão do benefício de justiça gratuita
- Elaboração e aprovação de ato normativo que atualiza as diretrizes relativas ao gerenciamento de projetos estratégicos no âmbito do TJPI e instituir o processo de Gestão de Projetos Estratégicos
- Escritório de Projetos da SEGES com amplitude de atuação nos diversos níveis do Tribunal estruturado
- Desenvolver ferramenta para correção de dados dos processos virtualizados
- Implantar Laboratório de inovação do TJPI - OPALALAB
- Instituir projeto piloto do Juízo 100% digital
- Ampliar os Juízos 100% digital

- Desenvolver e implantar ferramenta que viabilize pagamentos e depósitos através de PIX
- Desenvolver e implantar sistema eletrônico para cálculo de atualização monetária e juros e multa dos valores devidos ao Poder Judiciário
- Promover a virtualização dos processos físicos 2º grau
- Aprimorar a gestão do sistema SEI
- Implantar gestão por competências
- Reorganizar a força de trabalho de servidores cedidos nas unidades judiciárias do interior
- Projeto para atualização e unificação da legislação do TJPI
- Projeto para a reestruturação das Coordenadorias Cíveis, Criminal e Pleno
- Reduzir o tempo de despacho/decisão inicial em Medidas protetivas de urgência no âmbito de violência doméstica (ODS 5)
- Difundir os ODS como diretrizes das iniciativas e projetos do TJPI
- Implantar sistema de acompanhamento do estado de saúde do corpo funcional do PJPI, de forma eletrônica, incluindo a relação e histórico de exames realizados
- Criar grupo permanente de estudo formado por assessores (2º grau) – promover o intercâmbio de experiências e a discussão de assuntos jurídicos atuais
- Projeto “Calendário de baixas processuais”
- Plano de Capacitação nos Métodos Consensuais de prevenção e desjudicialização de litígios
- Plano de divulgação e disseminação da política de resolução consensual de conflitos
- Implantar CEJUSC/comunitário – unidade móvel
- Programa “negociar é mais barato” – posto avançado nas unidades do Cejusc para negociação de débitos
- Realizar Pautas Concentradas de audiências de conciliação/mediação com grandes litigantes
- Ampliar sistema de Mediação Digital – desenvolver sistema próprio
- Fortalecer o Centro de Inteligência do TJPI
- Atualizar a parametrização e expandir o PJE Criminal
- Projeto de melhoria da gestão da Justiça Criminal Retirar
- Projeto Mulherex
- Criação de Grupos Reflexivos virtuais
- Formalização de projetos sociais do TJPI
- Projeto Flores Incultas
- Projeto TIC TAC
- Projeto Baixomentro
- Projeto Filhos do Sol do Equador
- Projeto Estudo em Jurimetria Parceria UFPI E TJPI
- Projeto em “Progressos : Em Preendimento com Estratégia”- Parceria TJPI- SEBRAE -SEJUS
- Painéis Estatísticos Padrão CNJ
- Boas Práticas do Poder Judiciário : CPE
- Monitoramento de acervo: PAPO

EM ANDAMENTO

- Diagnóstico técnico de avaliação de desempenho
- Campanha de conscientização ao jurisdicionado
- Desenvolver e implantar sistema unificado das rotinas de gerenciamento de pessoas no Poder Judiciário Estadual
- Avaliar e incorporar as boas práticas inovadoras do Poder Judiciário Brasileiro
- Instituir Política de Governança das Contratações Pública - Res. n. 347/2020 d CNJ
- Implantar programa para desenvolver o aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária
- Implantar programa para diminuir despesas com aluguéis em Teresina
- Implantar Sistema Contábil de Custos
- Implantar dos Registros Contábeis Patrimoniais
- Promover a virtualização dos processos das unidades criminal
- Atualizar ato normativo do teletrabalho e da lotação paradigma
- Implantar programa de controle de metas e produtividade do servidor em teletrabalho
- Implantar avaliação de desempenho
- Projeto para reorganização da Secretaria de Assuntos Jurídicos
- Programa “Padronizar é preciso” - elaboração e aplicação de manual de rotinas e padronização de atos administrativos
- Programa de regularização patrimonial dos imóveis pertencentes ao TJPI
- Reduzir o consumo de água engarrafada e copos descartáveis (ODS 12); NUSA
- Expandir o Programa Vida Saudável por meio da promoção de campanhas de promoção e preservação da saúde física e mental do corpo funcional do PJPI
- Promover o acompanhamento da saúde mental dos servidores
- Promover ações de enfrentamento contra à COVID e preservação do distanciamento social necessário
- Ampliar e formalizar sistema de monitoramento de acervo de processos e de produtividade das unidades judiciais de 1º e 2º grau
- Projeto Central da Jurisprudência da TJPI – uniformização e divulgação
- Projeto “Secretaria Unificada” - melhoria e ampliação do projeto piloto do primeiro grau
- Implantar a Remuneração dos Mediadores Judiciais
- Promover a continuidade de instalação de CEJUSC nas comarcas do interior
- Implantar CEJUSC/trânsito – unidade móvel
- Georreferenciamento de medidas protetivas, ações de feminicídio e violência doméstica
- Institucionalização de políticas de valorização da participação feminina nos espaços de debate
- Promover o XIII Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Capacitação em Direitos Fundamentais sob a perspectiva de gênero
- Esforço concentrado para redução do acervo de ações relativas à violência doméstica e familiar e feminicídios

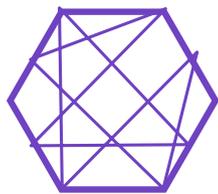
Implementação do Escritório de Projetos no TJPI

Atualmente, no Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), funcionam várias atividades e projetos que impulsionam a produtividade no tribunal e contribuem para o melhor desempenho das ações das equipes do TJ-PI, a exemplo do Escritório de Projetos, o Banco de Boas Práticas, Certificação do Cumprimento das Metas Nacionais e o Prêmio “Mais Justiça 2022”.

Tudo começou com a criação e implantação da Coordenadoria de Escritório de Projetos (ESCPRO), estabelecida pela Lei Complementar nº 230/2017 (Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí). Depois veio o Provimento Conjunto Nº 34/2021 que formaliza e implementa a Coordenadoria de Escritório de Projetos e regulamenta a institucionalização da Gestão por (de) Projetos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí.

Os projetos decorrentes do planejamento estão sendo gerenciados através do CAPTEI, software desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação especialmente para este fim.





CAPTEI - TJPI

PROJETOS INSTITUCIONAIS

CAPTEI	NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO
1	Avante TJPI - Plano Diretor dos Trabalhos Relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade.	Finalizado
2	Mulherex: Padronização e impulsionamento de medidas	Finalizado
8	Programa LINK: Projeto Cejusc Trânsito	Em andamento
9	Programa LINK: Projeto Audiência Remota Penal	Em andamento
42	Programa LINK: Projeto Sala de Acessibilidade Digital	Em andamento
134	Elaboração de Manual do Estagiário TJ /PI	Finalizado
135	Institucionalizar a gestão de projetos no TJPI	Finalizado
139	Projeto Destinar - Fase 2021	Finalizado
140	Projeto de 100 Dias de Baixa Processual	Finalizado
141	Reestruturação das Coordenadorias Cível, Criminal e Pleno	Finalizado
147	Projeto "Arquivo Regionalizado" - Fase 2021	Finalizado
148	Central de Jurisprudência do TJPI	Em andamento
149	Sistema de Monitoramento de Conflitos Fundiários	Finalizado
151	1º Ciclo de Aprimoramento da Comunicação Interna do TJ-PI	Em andamento
153	Implantação - Expansão de Salas de Depoimento Especial e do Serviço Integrado Multidisciplinar (SIM)	Em andamento
154	Guia Simplificado dos Procedimentos das Coordenadorias Judiciárias para Estagiários	Finalizado
155	Painel de BI com foco na Administração Superior	Finalizado
156	Pesquisa de satisfação com o atendimento do Poder Judiciário do Estado do Piauí ?	Finalizado
157	Manual de atribuições das unidades do TJPI	Finalizado
158	Pesquisa de Satisfação Interna TJPI	Finalizado
161	Criação do Prêmio "Mais Justiça"	Finalizado
162	Plenário Virtual - Turmas Recursais dos Juizados Especiais - Via PJE	Finalizado
163	Progressos: Estratégia com Empreendimento	Em andamento
164	Virtualização de Processos Físicos - 1º Grau	Finalizado
165	Instituição da Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário	Finalizado
167	Virtualização de Processos Físicos - 2º Grau	Finalizado
168	Programa Justiça 4.0: Projeto Implantação do Núcleo de Justiça 4.0	Finalizado
170	Banco de Boas Práticas TJ-PI	Finalizado
171	Criação e Implantação do Laboratório de Inovação - OPALALAB	Finalizado
172	Ampliação da Secretaria Unificada	Finalizado

173	Migração dos Processos do PROJUDI para o PJE (Vinculado ao Projeto Fortalecimento dos JECC's)	Finalizado
174	Projeto - TJPI 100% Transparente (Ranking da Transparência)	Em andamento
175	Fortalecimento dos JECCs	Finalizado
176	Programa Cadastro Eficiente	Finalizado
178	Maio Laranja 2022	Finalizado
179	Entendimentos Pacificados da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Em andamento
180	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e Convênios ? TJPI	Em andamento
186	Impulsionar	Em andamento
188	Implementar e fortalecer a Central de Vagas Socioeducativa.	Em andamento
193	Progressos: Estratégia com Empreendimento (Ciclo 1)	Finalizado
194	Instituição da Gestão do Conhecimento no TJPI	Finalizado
195	Central de Apoio aos Gabinetes de Desembargadores	Finalizado
197	Prêmio TJPI de Jornalismo 2022	Em andamento
204	Projeto Ressocializar Salva Vidas	Em andamento
205	Operacionalização do e-Carta no Processo Judicial Eletrônico - Pje	Finalizado
207	Projeto Tic Tac	Finalizado
208	Projeto Flores Incultas	Finalizado
209	Implantação de Ginástica Laboral para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do TJPI	Em andamento
210	Avante 2.0 (2022)	Em andamento
212	Virtualização/migração dos Processos Remanescentes Themis e Projudi Remanescentes no 1º Grau	Finalizado
213	Selo Empresa Amiga da Mulher	Finalizado
214	Centros Especializados de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais no Poder Judiciário Piauiense	Em andamento
215	Programa: TJPI Acessível - Projeto: Manual de Acessibilidade das edificações do TJPI	Em andamento
218	Criação da Central de Processos Eletrônicos do Segundo Grau (CPE2G)	Em andamento
220	Aprimoramento do Controle de Suspensão de Processos no Processo Judicial Eletrônico - Pje	Em andamento
221	Revista - Relatório Final da Gestão CGJ - 2021/2022	Em andamento
222	Programa: Fazendo Justiça - Projeto: Letra: Leitura que Transforma	Em andamento
223	Baixar Para Avançar	Em andamento
224	Programa: Justiça 4.0 - Projeto: Implantação do II Núcleo da Justiça 4.0	Finalizado
225	Filhos do Sol do Equador	Em andamento
226	Retomar - Apoio ao Superendividado	Em andamento
227	Dia Estadual do Conciliador e do Mediador Judicial e Extrajudicial	Em andamento
231	Criação do Núcleo de Parametrização de Dados no 1º Grau	Em andamento
232	Cadastro Eficiente de 1º Grau	Finalizado
233	Projeto de 30 dias de Baixa Processual	Finalizado
234	III Fórum Piauiense de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher? FOPIVID	Em andamento
235	Elaboração de Tutoriais para uso do PJE	Em andamento
236	Projeto: Orientação Normativa para realização de intimações pelo Gabinete visando o impulsionamento de Baixas Processuais	Em andamento
237	Projeto Boa Vizinhança	Em andamento
238	Justiça pela Paz em Casa - SIM Vara de Castelo do Piauí	Em andamento

Total: 70 Projetos - Extraído do CAPTEI em 28/11/2022

Prêmio Mais Justiça

Instituído através da Resolução TJPI nº 261/2022, o Prêmio Mais Justiça, tem por objetivo conferir, por ocasião do Encontro Anual da Estratégia, o **mérito** aos servidores que se destacam na boa e eficiente prática de suas atividades na Justiça local. Nesse sentido, a premiação alcança todos aqueles que obtiveram destaque em suas ações.

Para o ano de 2022, distribuído da seguinte forma:

I Gratificação-Prêmio por Incremento de Produtividade

Meta: 206.000 Baixas Processuais

Quem participa: Todas as Unidades (Efetivos e Comissionados)

II Gratificação: Prêmio por Melhor Índice de Atendimento à Demanda

Gratificação: Prêmio por Melhor Índice de Atendimento à Demanda

Meta: Atingir, no mínimo, 100% do IAD*

Quem participa: Todas as Unidades (Efetivos e Comissionados)

III Gratificação-Prêmio por Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados

Gratificação: Melhoria da Qualidade dos Serviços Prestados

Meta: Alcançar a 18ª Posição do Prêmio CNJ de Qualidade

Quem participa: Todas as Unidades (Efetivos e Comissionados)

IV Gratificação-Prêmio por Inovação

Quem participa: Autores das Boas Práticas Inscritas no Banco de Boas Práticas do TJPI

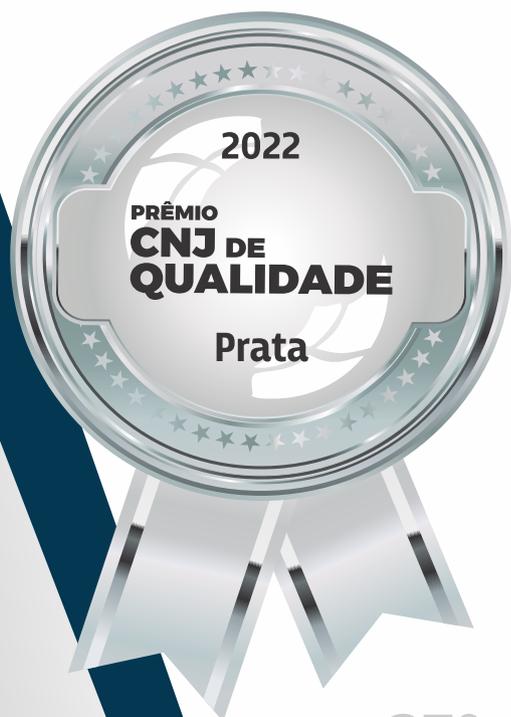
Prêmio CNJ de Qualidade

A melhoria significativa é resultado da Iniciativa Estratégica intitulada “AVANTE TJPI” e nasceu da necessidade de desenvolver ferramentas e processos de trabalho que auxiliem o gerenciamento dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, em conformidade com as disposições estabelecidas na Portaria vigente do Prêmio e na Resolução nº. 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Os objetivos principais do AVANTE foram o reposicionamento e avanço do nosso Tribunal no contexto nacional apresentado pelo Prêmio CNJ de Qualidade e a melhoria do serviço prestado pelo Poder Judiciário do Estado do Piauí, a partir da busca por dados consistentes e confiáveis, boa gestão e transparência.

O Prêmio CNJ de Qualidade trabalha um conjunto de requisitos, distribuídos em quatro eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

O percentual de pontuação, posição e premiação alcançados no último triênio foram os seguintes:



Somos Prata!

Melhor posição no prêmio CNJ de Qualidade

2020: 43,81% - 27ª Posição - Sem Prêmio
2021: 56,34% - 20ª Posição - Sem Prêmio
2022: 65,70% - 11ª Posição - Com Prêmio

27º

2020

20º

2021

11º

2022

Primeiro Lugar: 0 TJPI atinge 100% de transparência, segundo o CNJ

Clareza na prestação jurisdicional e divulgação dos seus dados e informações. Com esta filosofia, o Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o 1º lugar no Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2022, na categoria Justiça Estadual. O Ranking avalia os 93 tribunais brasileiros nos segmentos: Conselho, Estadual, Federal, Eleitoral, Trabalho, Militar e Superior.

Para a elaboração do Ranking da Transparência, os itens sob avaliação estão distribuídos em nove temas, com 84 perguntas, que buscam identificar, por exemplo, se os órgãos do Judiciário publicam: os objetivos estratégicos, metas e indicadores; os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão; o calendário das sessões colegiadas; a ata das sessões dos órgãos colegiados; o campo denominado Serviço de Informações ao Cidadão na página inicial; informações sobre licitações e contratos, entre outros.



Gestão dos Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho

O Provimento Conjunto N° 39/2021 do TJPI tem como finalidade a implantação da gestão de comitês, comissões e grupos de trabalho do Poder Judiciário do Estado do Piauí, como importante ferramenta da governança institucional, visando aprimorar mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade que contribuem diretamente para o alcance das metas da nossa Instituição.

A implantação da governança institucional visa elevar a qualidade da gestão adotada pelo Poder Judiciário com transparência, responsabilidade, prestação de contas e utilização racional dos recursos disponíveis, em consonância com a missão, visão e valores do Tribunal. A Política de Governança abrange e orienta os subsistemas de governança (contratações, pessoas e tecnologia da informação e comunicação), com isso torna-se o principal normativo interno sobre o tema.

Agenda Estratégica

O documento tem por objetivo padronizar, formalizar, orientar e garantir a continuidade dos processos de trabalho relacionados à execução e ao monitoramento da Estratégia durante todo o período de sua vigência, Ciclo 2021 – 2026.

PROVIMENTO CONJUNTO O Nº 48/2021 - PJPI/TJPI/SECPRE DE 15 DE SET DE 2021

AGENDA ESTRATÉGICA ANUAL DO PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ



JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
ENCONTRO DE GESTORES	1º BOLETIM (OUTUBRO A DEZEMBRO E ACUMULADO DO ANO ANTERIOR) 1º RAE	1º ENCONTRO DE TRABALHO 1º ENCONTRO DA GESTÃO JUDICIÁRIA SUSTENTÁVEL DO TJPI PRÊMIO MAIS JUSTIÇA (Divulgação dos requisitos) 1ª SEMANA PROGRAMADA DE JULGAMENTO E BAIXA PROCESSUAL	2º BOLETIM (janeiro a março)
MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
	2ª SEMANA PROGRAMADA DE JULGAMENTO E BAIXA PROCESSUAL ENCONTRO DE GESTORES	3º BOLETIM (abril a junho e acumulado do ano corrente) 2º RAE	2º ENCONTRO DE TRABALHO ENCONTRO DA GESTÃO JUDICIÁRIA SUSTENTÁVEL DO TJPI
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO 3ª SEMANA PROGRAMADA DE JULGAMENTO E BAIXA PROCESSUAL	4º BOLETIM (julho a setembro e acumulado do ano corrente) 3º RAE PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS (Pré-seleção das 5 melhores práticas pela Comissão)	PRÊMIO MAIS JUSTIÇA (Apuração dos resultados) PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS (Seleção das 3 melhores práticas pelos servidores e magistrados)	4ª SEMANA PROGRAMADA DE JULGAMENTO E BAIXA PROCESSUAL CERTIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS ENCONTRO ANUAL DA ESTRATÉGIA (Prêmio Mais Justiça- Pesquisa de Satisfação e Melhores Práticas)

Execução da Agenda

Logo após a publicação do Provimento Conjunto 48/2021 que instituiu a Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário do Piauí na data de 15/09/2021, a Secretaria de Gestão Estratégica - SEGES, como maior interessada na exitosa operacionalização dos eventos constantes da Agenda, deu início às articulações necessárias junto ao Comitê Gestor da Estratégia e demais órgãos competentes para sua devida execução.

Seguindo a mesma linha de construção democrática e participativa adotada na elaboração do Plano de Gestão 2021/2022 e do Planejamento Estratégico 2021/2026, a SEGES tem procurado construir as pautas dos eventos da Agenda com a participação de representantes dos cinco órgãos que compõem o TJPI: Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria, Vice-Corregedoria e EJUD.

Eventos realizados em 2021:

I Encontro de Trabalho de 2021.

Realizado na data de 05/11/2021, em ambiente virtual, contou com uma assistência de cerca de 250 (duzentas e cinquenta) pessoas, sendo sua grande maioria formada por magistrados(as), representantes de gabinetes de 2º grau e secretários(as) de varas de 1º grau. Seu objetivo foi promover um nivelamento de conhecimentos básicos, necessários para uma melhor compreensão dos objetivos pretendidos pela Instituição a curto, médio e longo prazo.

A execução da programação promoveu um maior grau de satisfação dos participantes pelo entendimento obtido sobre “as regras do jogo” e uma maior consciência do que precisava ser feito para corresponder às expectativas da instituição, do CNJ e, principalmente, do jurisdicionado.

2ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE 2021.

Realizada na data de 30/11/2021, em ambiente virtual. Teve a seguinte programação: apresentação do 3º Boletim Estatístico do TJPI, visão geral dos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade 2021, status das Iniciativas

Eventos realizados em 2022:

I Encontro de Gestores e 1ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE 2022.

Realizados em 11/02/2022, em ambiente virtual. Na oportunidade foi aprovada a meta de processos baixados para 2022, no total de 206.352.

I Encontro de Trabalho

Evento realizado em 21/03/22, em ambiente virtual, contou com uma assistência de cerca de 450 (quatrocentas e cinquenta) pessoas, sendo sua grande maioria formada por magistrados(as), representantes de gabinetes de 2º grau e secretários(as) de varas de 1º grau.

I Semana Programada de Julgamento e Baixa Processual.

Realizada no período de 27/03/22 a 01/04/22.

II Semana Programada de Julgamento e Baixa Processual

Realizada no período de 27/06/22 a 01/07/22.

III Semana Programada de Julgamento e Baixa Processual

Realizada no período de 26 a 30/09/22.

IV Semana Programada de Julgamento e Baixa Processual

Realizada no período de 12 a 16/12/22.

II Encontro de Gestores

Realizado em 07/07/2022, de forma presencial, com uma assistência de cerca de 150 (cento e cinquenta) pessoas. Na oportunidade foi proferida a Palestra “Gestão humanizada e sua importância para o engajamento do servidor”.

A palestra e a Certificação dos 37 (trinta e sete) projetos finalizados promoveram um espírito forte de pertencimento e um orgulho salutar em todos os presentes.

2ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE

Realizada em 29/07/2022, de forma virtual.

3ª Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE

Realizada em 04/11/2022, de forma virtual.

Encontro Anual da Estratégia

Realizado em 06/12/2022, de forma presencial e transmitido via youtube. Foi uma oportunidade de celebrar os resultados alcançados e reconhecer, através do Prêmio Mais Justiça, o esforço coletivo de todos(as) que compõem o Poder Judiciário do Estado Piauí.



O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS se propõe a discutir, com base em evidências, as distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento da Justiça. Trata-se de iniciativa que visa congregar várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

No ano de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí participou do EnAJUS, em Curitiba-PR, dias 24 a 27 de outubro, apresentando o Relatório Técnico intitulado “Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário do Estado do Piauí”.

Reconhecido como um importante trabalho e de relevante contribuição à administração da justiça local, o Relatório Técnico discorreu sobre o modelo de gestão adotado pelo TJPI no biênio 2021/2022, destacando a estruturação da Agenda Anual como norteador dos processos de Governança, operacionalizados no decorrer dos dois anos, sendo detalhados seus quatorze (14) eventos anuais.

Gestão do conhecimento

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) torna pública a página Gestão do Conhecimento, voltada a ajudar servidores(as) e colaboradores(as) na disponibilização de informações e dados internos do Tribunal piauiense.



Boas Práticas

O Poder Judiciário enfrenta diversos desafios para oferecer com eficiência a prestação jurisdicional à sociedade conforme regra do art. 37 da Constituição.

Para garantir a prestação jurisdicional de forma adequada e equilibrada, é essencial que todas as atividades sejam executadas com eficácia e sem atrasos pela unidade judiciária.

Ainda que as unidades enfrentem dificuldades relativas ao quadro funcional e ao grande volume de distribuição, há uma série de práticas que poderão amenizá-las ou até mesmo saná-las, por estimularem o melhor aproveitamento do tempo e dos conhecimentos da pessoa envolvida na condução dos processos.

O Banco de Boas Práticas tem por finalidade identificar, catalogar e disseminar as boas práticas de gestão, com vistas a assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias. Visa também levantar e compartilhar boas práticas em gestão judiciária, propor novas iniciativas para melhoria da prestação jurisdicional e reconhecer o desempenho dos colaboradores do Poder Judiciário Estadual do Piauí.



CLIQUE PARA ACESSAR O SITE

SEGES
Secretaria de Gestão Estratégica
Tribunal de Justiça do Piauí - TJPI

EM FOCO ▾ GOVERNANÇA ▾ PLANEJAMENTO ▾ ESTATÍSTICAS ▾ PROGRAMAS E PROJETOS ▾ CONHECIMENTO ▾ **BOAS PRÁTICAS ▾** AGENDA ESTRATÉGICA

Banco de Boas Práticas TJPI

O Poder Judiciário enfrenta diversos desafios para oferecer com eficiência a prestação jurisdicional à sociedade conforme regra do art. 37 da Constituição.

Para garantir a prestação jurisdicional de forma adequada e equilibrada, é essencial que todas as atividades sejam executadas com eficácia e sem atrasos pela unidade judiciária.

Ainda que as unidades enfrentem dificuldades relativas ao quadro funcional e ao grande volume de distribuição, há uma série de práticas que poderão amenizá-las ou até mesmo saná-las, por estimularem o melhor aproveitamento do tempo e dos conhecimentos da pessoa envolvida na condução dos processos.

O banco de boas práticas que tem por finalidade identificar, catalogar e disseminar as boas práticas de gestão, com vistas a assegurar uma troca contínua de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias, visa também levantar e compartilhar boas práticas em gestão judiciária, propor novas iniciativas para melhoria da prestação jurisdicional e reconhecer o desempenho dos colaboradores do Poder Judiciário Estadual do Piauí.

Atos Normativos | Cartilha | Eixos Temáticos | Inscrições | Fluxograma

LISTA DAS BOAS PRÁTICAS

BOA PRÁTICA	EIXO
Reeducar: o homem no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em Picos.	Combate à Violência Doméstica
Projeto (A)gosto do Pai: Afetividade Efetiva: criando laços	Acesso à Justiça e Cidadania
Processo de Gestão de Portfólio de Projetos, com implantação do software Captei	Governança de tecnologia da informação e comunicação
Sextou com inovação	Eficiência Operacional Administrativa
Fluxo de Arquivamento de Processos Cíveis	Produtividade Judicial
Maat – Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho	Eficiência Operacional Administrativa
Projeto Andorinha	Eficiência Operacional Administrativa
Projeto Ressocializar Salva Vidas	Sistema Carcerário, Execução Penal e medidas socioeducativas
Implantação de Ginástica Laboral para Magistrados(as), Servidores(as) e Estagiários(as) do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	Gestão de Pessoas
A Custódia de Hermes	Produtividade Judicial
Implantação de sistemas de energia solar fotovoltaica nas unidades judiciárias do TJPI	Sustentabilidade e Acessibilidade
Projeto Círculos de Fortalecimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Juntas, superando a violência.	Combate à violência doméstica
Gestão de estoque à vista dos Bens de Consumo	Eficiência Operacional Administrativa
Transação Penal Otimizada em Juizados Especiais	Produtividade judicial
Comunicações judiciais otimizadas	Comunicações judiciais otimizadas
Aplicativo Econsciente	Sustentabilidade e Acessibilidade
Projeto TJPI 100% Transparente	Transparência
Plano de Ação para Migração dos Processos para o Sistema PJE em Cumprimento a Implantação da Plataforma Jurídica Digital do Poder Judiciário-DPJ	Produtividade judicial
Sistema de Monitoramento de Conflitos Fundiários	Transparência
Instituição da Gestão do Conhecimento no TJPI	Eficiência Operacional Administrativa
Inclusão do Servidor Deficiente Visual no Teletrabalho Remoto	Sustentabilidade e Acessibilidade
Agenda Estratégica Anual do Poder Judiciário do Estado do Piauí	Eficiência Operacional Administrativa
Avante TJPI - Plano Diretor dos Trabalhos Relacionados ao Prêmio CNJ de Qualidade.	Planejamento e Gestão Estratégica
Maio laranja: campanha de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	Combate à violência doméstica
Programa Regularizar	Acesso à justiça e Cidadania
Projeto passos para a liberdade	Sistema Carcerário, Execução Penal e Medidas Socioeducativas
Semana programada das audiências concentradas do sistema socioeducativo	Produtividade judicial
Manual adotando conformidades	Eficiência Operacional Administrativa
Prêmio Mais Justiça	Planejamento e Gestão Estratégica
Projeto de 30 dias de baixa processual	Produtividade judicial
Plano de ação: baixar para avançar	Produtividade judicial
Criação De Tutoriais - Pje	Planejamento e Gestão Estratégica
Do pedido de cumprimento de sentença no bojo dos autos arquivados com vistas à concretização do Índice de Atendimento à Demanda	Produtividade judicial
Revista - Relatório Final da Gestão CGJ - 2021/2022	Transparência
Criação do Núcleo de Parametrização de Dados no 1º Grau	Produtividade Judicial
Esforço concentrado temático	Produtividade Judicial
Fortalecendo os Jeccs	Produtividade Judicial
Expansão do Serviço Integrado Multidisciplinar	Acesso à justiça e Cidadania
Projeto: Orientação Normativa para realização de intimações pelo Gabinete visando o impulsionamento de Baixas Processuais	Produtividade Judicial
Implantação do módulo de dispensa eletrônica no âmbito do TJPI	Eficiência Operacional Administrativa
Implantação do módulo do PNCP no âmbito do TJPI	Transparência

Premiação das Boas Práticas

Receberão o Selo de Reconhecimento OURO, PRATA e BRONZE os autores das três ideias ou práticas mais votadas. Serão registrados nas respectivas pastas funcionais do magistrado (a) e/ou servidor (a) o selo obtido bem como elogios, em razão da significativa contribuição proporcionada à melhoria dos serviços prestados por estes ao Poder Judiciário.

Os autores (as) das três ideias ou práticas mais votadas terão anotação no banco de horas, nas seguintes proporções:

1º) Selo de Reconhecimento Ouro: 18 (dezoito) horas;

2º) Selo de Reconhecimento Prata: 12 (doze) horas;

3º) Selo de Reconhecimento Bronze: 06 (seis) horas.

Concorreram 38 (trinta e oito) Boas Práticas, 5 (cinco) foram selecionadas pela Comissão e, dentre as 5, 3 (três) foram escolhidas, num processo democrático, pelos(as) servidores(as) e magistrados(as). São elas:

1º Lugar Melhor Prática - MAAT - MÓDULO DE ATIVIDADE E ALOCAÇÃO DE TRABALHO

2º Lugar Melhor Prática - CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE PARAMETRIZAÇÃO DE DADOS DO 1º GRAU

3º Lugar Melhor Prática - REEDUCAR O HOMEM NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM PICOS

Pesquisa de Satisfação com o Atendimento

No ciclo 2021-2026, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do seu Planejamento Estratégico, adotou o Macrodesafio a "Ampliação da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade", isso com o objetivo de criar estratégias capazes de agilizar a comunicação do Tribunal, tornando sua linguagem bem mais acessível e de fácil compreensão, com foco na transparência.

A Secretaria de Gestão Estratégica, com o propósito de monitorar o indicador "Índice de Satisfação com o Atendimento", criou o projeto "Pesquisa de Satisfação com o Atendimento do Poder Judiciário do Estado do Piauí", visando obter anualmente informações da sociedade quanto à qualidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Piauí, a fim de identificar pontos fracos a serem melhorados e pontos positivos que merecem ser replicados e divulgados.

Os resultados obtidos na pesquisa direcionaram a criação de um Grupo de Trabalho para atuar na construção e execução de um Plano de Melhoria do Atendimento do TJPI, composto por representantes da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, Ouvidoria, Corregedoria Geral de Justiça, Varas de 1º Grau, Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, Escola do Judiciário e Assessoria de Comunicação.

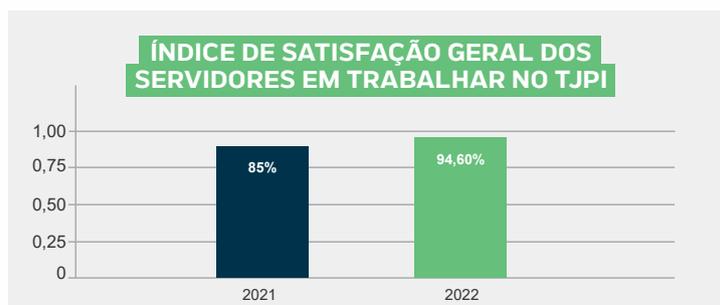
Pesquisa de Satisfação Interna

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em seu Planejamento Estratégico Ciclo 2021-2026, adotou como um de seus Macrodesafios o “Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas”, que visa desenvolver os objetivos estratégicos do TJPI, conciliando-os com o seu fator pessoal como sujeitos de transformação social e vetores para atingir sua missão de assegurar a Justiça e a pacificação social.

Um dos indicadores institucionais pontuados no atual ciclo do Planejamento Estratégico é o “Índice de Satisfação Interna”. Com o propósito de monitorar o indicador e construir uma série histórica que mensura a satisfação interna, foi lançado pela Secretaria de Gestão Estratégia o projeto “Pesquisa de Satisfação Interna”. A pesquisa tem por finalidade captar a percepção dos servidores e servidoras do Poder Judiciário do Estado do Piauí quanto à satisfação e clima organizacional no órgão.

A primeira pesquisa foi realizada nos meses de dezembro/2021 e janeiro/2022, direcionadas somente a servidores efetivos e comissionados, e obteve o índice de 85% de satisfação. A edição 2022 da Pesquisa foi realizada no mês de novembro e direcionada para servidores efetivos e comissionados e também para a categoria de magistrados. O índice de satisfação interna dos servidores em 2022 foi de 94,60%, enquanto 100% dos magistrados respondentes afirmaram se sentirem satisfeitos em trabalhar no Tribunal.

O TJPI acredita que o Poder Judiciário é, antes de tudo, formado por pessoas, e que somente através do empenho conjunto das mesmas, a Justiça chegará aos que precisam.



Consulta pública sobre Metas Nacionais do Judiciário

Foram realizadas duas Consultas Públicas, 2021 e 2022, com o objetivo de refletir sobre as metas nacionais a serem definidas para o Poder Judiciário no ano de 2022 e 2023 respectivamente. Participaram da consulta pública, além de magistrados e servidores dos tribunais, advogados, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e de todas as instituições que constituem o Sistema de Justiça.

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Desde a instituição da Portaria CNJ nº 138, de 23 de agosto de 2013, e posteriormente com a publicação da Portaria nº 59, de 23 de abril de 2019, que tratam da Rede Nacional de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, a gestão participativa é um aspecto considerado importante no processo de formulação de metas, uma vez que possibilita contemplar as opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos e instâncias na modelagem do processo.

O resultado dessas consultas podem ser localizadas através deste Link

CLIQUE PARA ACESSAR O LINK 



REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL

Gestão Participativa,
juntos por uma
Justiça ainda **melhor!**

DIRETRIZ INOVAÇÃO



Estímulo à cultura de inovação, promovendo o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes e a criação de soluções de inovação incrementais e disruptivas.

Principais ações e resultados alcançados na **Diretriz Inovação**, conforme as áreas abaixo elencadas:

TJ-PI institui o Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Opala Lab)

O Laboratório de Inovação é espaço de interação, experimentação e criação conjunta, com a colaboração ativa de magistrados e servidores, com uso intensivo de métodos ágeis e práticas colaborativas, que envolvem ações de pesquisa, exploração, ideação, realização de pilotos, prototipagem e testes estruturados de soluções inovadoras.

O Opala Lab tem como objetivo fomentar a cultura de inovação, promover o avanço institucional com a melhoria dos processos existentes, o aumento da produtividade e a criação de soluções de inovação incrementais ou disruptivas.

Destaque para as principais ferramentas:

Migrador de Processos - 90.000,00 (noventa mil) processos migrados;

Ecartas - 31.000,00 (trinta e um mil) expedientes;

Maat - 100 unidade (1º e 2º graus) capacitadas, que somam 1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil) atividades realizadas;

Melhoria do Pje - 50 criações, alterações e aprimoramento dos fluxos de 1º e 2º graus.

Justiça 4.0

TJ-PI instala 1º e 2º Núcleo da Justiça 4.0



O Programa Justiça 4.0 torna o sistema judiciário brasileiro mais próximo da sociedade ao disponibilizar novas tecnologias e inteligência artificial. Impulsiona a transformação digital do Judiciário para garantir serviços mais rápidos, eficazes e acessíveis.

Ao promover soluções digitais colaborativas que automatizam as atividades dos tribunais, otimiza o trabalho dos magistrados, servidores e advogados. Garante, assim, mais produtividade, celeridade, governança e transparência dos processos.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí instalou o I e II Núcleo de Justiça 4.0, especializado no julgamento das demandas de jurisdição voluntária da classe Alvará Judicial, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí.

- I Núcleo de Justiça 4.0 é um órgão jurisdicional especializado e autônomo e concentra os processos nas áreas de execuções fiscais da Fazenda Pública e ações correlatas, com exceção das ações referentes a débitos fiscais não inseridos em dívida ativa, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí.

- II Núcleo de Justiça 4.0, especializado no julgamento das demandas de jurisdição voluntária da classe Alvará Judicial, com abrangência sobre a jurisdição territorial de todo o Poder Judiciário do Estado do Piauí.

Nesse novo modelo de justiça, inaugurado pela Resolução CNJ 385/2021, os processos tramitam por meio do Juízo 100% Digital e o atendimento é realizado através do Balcão Virtual, facilitando o acesso à justiça com o auxílio da tecnologia.

As atividades de implantação das ações do programa justiça 4.0 foram desenvolvidas pelo Laboratório de Inovações (OPALALAB) em conjunto com a STIC.

Ações do Programa Justiça 4.0	Situação
Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro -PDPJ-Br	Implantada
Sinapses	Em implantação
Plataforma Codex	Implantada
Balcão Virtual	Implantado
Núcleos de Justiça 4.0	Implantados
Juizo 100% digital	Implantado
Sniper	Implantado

Fonte: <https://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/justica4/> (Acessado em 02/12/2022)

Balcão Virtual no TJPI

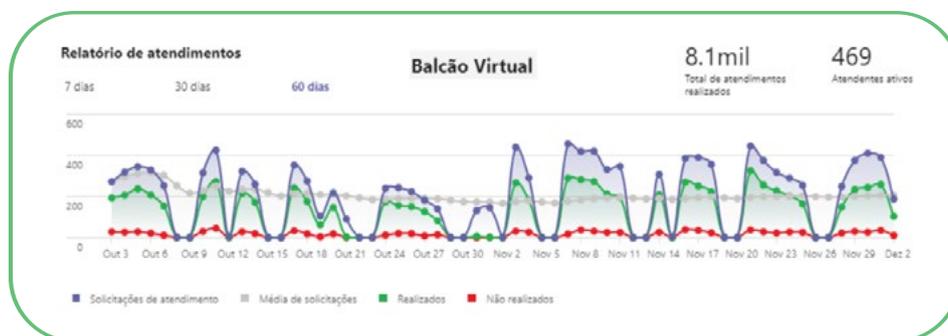
O Que é o Balcão Virtual?

Como parte integrante do Programa Justiça 4.0, O Balcão Virtual é um sistema de atendimento virtual ao jurisdicionado, acessado por qualquer pessoa através da página específica do sítio eletrônico do TJ-PI, (<http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/balcaovirtual/>), permitindo imediato contato com cada unidade judiciária durante o horário de atendimento ao público.

É um ambiente digital que permite à(s) secretaria(s) das unidades judiciárias e o(s) advogado(s) se comunicarem em tempo real, dentro do expediente forense, sem a necessidade de agendar horário. O ambiente do Balcão Virtual tem características e atribuições semelhantes a um balcão físico nas dependências do tribunal.

Composição do Balcão Virtual

O sistema do Balcão Virtual utiliza a plataforma de videoconferência adotada pelo TJPI (Microsoft Teams), e alternadamente as ferramentas assíncronas como correio eletrônico, contatos telefônico fixo ou móvel (incluindo mensagens por plataformas como whatsapp).



Fonte: Painel de Atendimento do Balcão Virtual - Microsoft Teams (Acessado em 01/12/2022)

Tribunal de Justiça conclui implantação do Juízo 100% Digital no Piauí

Todas as unidades judiciárias de natureza cível e criminal de 1º e 2º grau do Poder Judiciário do Piauí atuam agora com o Juízo 100% Digital. A implementação da tecnologia foi regulamentada pela Portaria Nº 1778/2022 – PJPI/TJPI/SECPRE, de 18 de maio de 2022. Antes, o Juízo 100% Digital estava presente em mais de 35 unidades judiciárias e somente nos juizados cíveis e criminais. Com a publicação da portaria, está presente em todas as unidades cíveis, criminais e juizados especiais.

A tecnologia faz parte do Programa Justiça 4.0 e tem como objetivo aprimorar o acesso à Justiça, assegurando efetividade e agilidade nos serviços prestados à população em todo o Estado. Atualmente, são mais de 2 mil processos tramitando 100% digital, ou seja, todos os atos processuais ocorrem exclusivamente por meio eletrônico e remoto, usando a internet.

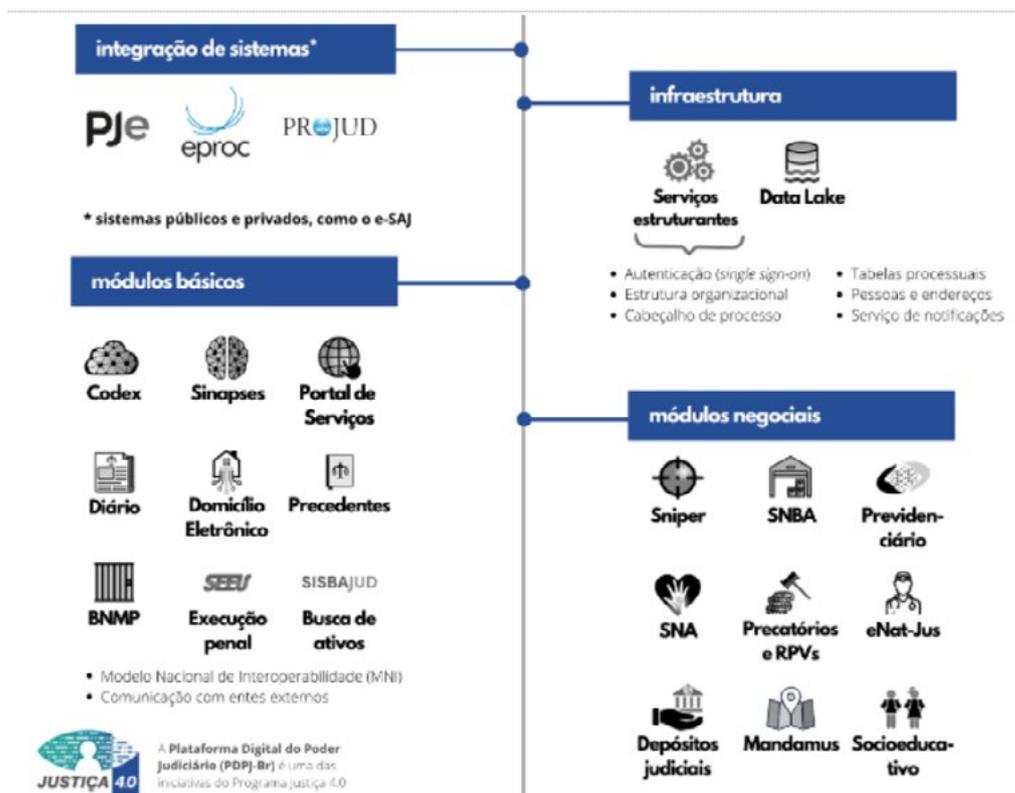
Plataforma Codex

O Codex é uma plataforma nacional desenvolvida pelo Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), em parceria com o CNJ, que consolida as bases de dados processuais e, assim, provê o conteúdo textual de documentos e dados estruturados.

Ele funciona como um data lake de informações processuais, que pode ser consumido pelas mais diversas aplicações: a produção de painéis e relatórios de inteligência de negócios (business intelligence); a implementação de pesquisas inteligentes e unificadas; a alimentação automatizada de dados estatísticos; e até mesmo o fornecimento de dados para a criação de modelos de Inteligência Artificial.

Plataforma digital do Poder Judiciário

A plataforma permitirá o oferecimento de multisserviços e com possibilidade de ser adaptada conforme necessidades e demandas específicas, sem dúvida uma das principais demandas dos Tribunais.



Assim, o TJPI, nesta gestão, atingiu os requisitos solicitados e acordados com o CNJ, inclusive com a desativação de todos sistemas de processos físicos, restando o PJe, doravante, como sistema único de virtualização de processos judiciais.

Foram realizadas durante o período de 2021 a 2022 as seguintes atualizações de versões do Pje:

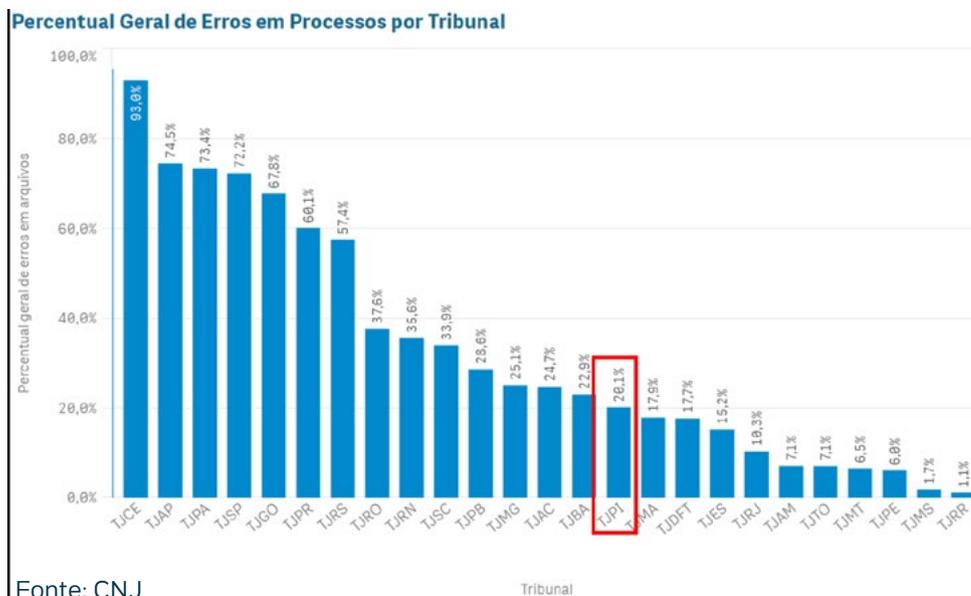
MÊS/ANO	VERSÃO
03/2021	2.1.8.0
04/2022	2.1.9.0
06/2022	2.2.0.4
09/2022	2.2.0.5
09/2022	2.2.0.6

Fonte: STIC-TJPI

TJPI conquista a 8ª posição entre os tribunais estaduais em dados do DataJud

O Tribunal de Justiça do Piauí conquistou a 8ª melhor posição entre os tribunais estaduais e a 5ª melhor posição entre aqueles de pequeno porte na Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DataJud.

O reposicionamento do Tribunal de Justiça do Piauí no cenário nacional no que tange à qualidade dos dados encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça-CNJ decorre de esforço concentrado da Seção de Dados da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-STIC, que realizou a correção de cerca de 2,8 milhões de movimentações processuais, mais de 16 milhões de complementos de movimentações, 90 mil assuntos e quase 30 mil classes. Foram ainda corrigidas informações de mais de 74 mil partes.



Sala de Acessibilidade Digital facilita acesso da sociedade à justiça

A sala é destinada às pessoas excluídas digitalmente, aquelas que não dispõem de celular, computador, ou tecnologia adequada para acessar os serviços remotos, como conexão à internet e dispositivos digitais, ou não têm conhecimentos suficientes para acessar a internet e serviços sem auxílio de alguém.

Os espaços de atendimento são estruturados com mobília e equipamentos tecnológicos capazes de gravar e transmitir áudio e vídeo para a realização de atos processuais, especialmente coleta de depoimentos e audiências em geral, que também poderão ser usados como salas multifuncionais, através de uso compartilhado.



O fluxo de atendimento das Salas de Acessibilidade Digital será feito por meio de agendamento pela unidade solicitante, via sistema de agendamento através do link: <https://acessibilidadedigital.tjpi.jus.br> sendo responsável também pela escala, sempre levando em consideração o ato processual e sua duração.

Painéis Estatísticos

Foram elaborados Relatórios e Painéis Estatísticos padronizados conforme orientações do CNJ com o propósito de acompanhar o trabalho do Tribunal no que se refere às metas elencadas pelo TJPI e o Conselho Nacional de Justiça, seguem eles:



Fonte: <https://transparencia.tjpi.jus.br/boxes/390/public> (Acessado em 05/12/2022)

“IGovTIC - JUD” do TJPI

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPI para o período de 2021 a 2022 (PDTIC 2021-2022), reúne as ações de TIC que foram executadas no biênio a fim de dar cumprimento aos objetivos delineados nos planos estratégicos institucionais e da Estratégia Nacional de TIC do Judiciário (ENTIC-JUD, Resolução 370 de 28/01/2021).

A Estratégia Nacional de Tecnologia é avaliada através do índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), cujos resultados para o TJPI estão registrados na tabela "A";

Tabela A

Evolução do IGov-TIC-Jud do TJPI.

Resolução CNJ	Ano	IGov-TIC-Jud	Classificação	Pontos no Prêmio de Qualidade do CNJ
Resolução 370/2021	2021	65,50%	TI Aprimorada	30 pontos
	2022	71,29%	TI Aprimorada	40 pontos

Este indicador é avaliado no Prêmio CNJ de qualidade, com pontuação máxima de 50 (cinquenta pontos) dos quais atualmente o TJPI tem possibilidade de atingir 40 (quarenta) pontos.

PROJETOS DE TIC

CAPTEI	NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO
3	Mitigação de Vulnerabilidade de Segurança da Informação - Senhas trafegando em texto claro	Finalizado
7	Implantar o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/ PJ)	Em andamento
12	Aquisição de Solução de Proteção de Dados (Backup)	Finalizado
23	Desenvolvimento do Portal do Núcleo de Justiça Restaurativa	Finalizado
25	Melhorar sistema de informação da ouvidoria	Em andamento
27	Melhoria e ampliação do Sistema TJPI em Números	Em andamento
29	Implantação do DATAJUD	Finalizado
36	Revisão da segurança da VM modelo	Finalizado
37	Atualização do Banco de dados do GPE-STJ	Finalizado
38	Revisão geral na Política de Segurança do Firewall	Em andamento
40	Programa Justiça 4.0: Projeto Implantação do Balcão Virtual.	Finalizado
41	Programa Justiça 4.0: Projeto Implantação do Juízo 100% Digital	Finalizado
45	Contratação de Serviço de Manutenção de UPS da nova sede do TJPI.	Finalizado
51	Instalação e configuração da rede de dados da Nova Sede do TJPI - Palácio da Justiça e Prédio Administrativo	Em andamento
57	Implantação de rede Wireless nas dependências da Sede atual do TJPI e do Fórum Cível e Criminal de Teresina	Finalizado
63	Desenvolvimento de Sistema de Gestão de Pessoas (sucessor do Intranet e GestorRH) atendendo ao e-Social.	Em andamento
64	Desenvolvimento de Sistema de Folha de Pagamento.	Em andamento
65	Atualização do Sistema de Gestão de Portfólio de Projetos	Em andamento
67	Desenvolvimento de Sistema de Gestão de Diárias.	Em andamento
68	Desenvolvimento de Sistema de Cálculos Judiciais.	Em andamento
70	Desenvolvimento do Sistema CobJud 2.0	Em andamento
71	Desenvolvimento de Sistema de Atualização Monetária.	Finalizado
75	Desenvolvimento de Soluções de Pagamentos	Finalizado
76	4ª Fase eSocial - Eventos de saúde e segurança do trabalhador	Em andamento
77	Desenvolvimento do Portal da SUGESQ	Finalizado
79	Migração de Processos Judiciais do meio físico para o eletrônico (Sistema Pje)	Finalizado
80	Aprimorar o sistema de prevenção de litígio (CONCILIARE e plataformas de conciliação virtual)	Finalizado
82	Tratamento de processos de demandas repetitivas	Finalizado
93	Implantação do Processo de Gerenciamento de Requisições	Em andamento
104	Implantação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí	Em andamento
105	Implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos de TIC	Em andamento
108	Implantar o Plano Anual de Capacitação de TIC 2020-2021	Finalizado
138	SEAD Férias	Finalizado
182	Programa Justiça 4.0: Capacitação em Fluxo do PJe e PDPJ	Finalizado
184	Mudanças corretivas e evolutivas CPTEC	Em andamento
185	Portal com informações correspondentes às pautas e atas das sessões de julgamento	Finalizado
196	Maat - Módulo de Atividades e Alocação de Trabalho	Finalizado
198	Integração SEI ao Diário da Justiça	Em andamento
199	Migração do Sistema de Certidões Judiciais	Em andamento
200	Desenvolvimento de módulo no sistema Odoos para acompanhamento dos exames periódicos de saúde	Em andamento

Total: 40 Projetos - Extraído do CAPTEI em 28/11/2022

DIRETRIZ EFICIÊNCIA



Inserção de fluidez nas atividades de gestão judiciária do TJPI e organização de modelos de trabalhos institucionais que destaquem a otimização dos recursos e induzam os resultados positivos.

Principais ações e resultados alcançados na **Diretriz Eficiência**, conforme as áreas abaixo elencadas:

Promoção da Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

- ✓ Ação contínua de sensibilização para redução do consumo de papel ensejou na economia de 35,3% de consumo de papel próprio e contratado (resmas) e redução de 35,2% no gasto com papel próprio.
- ✓ Sensibilização e Divulgação da Resolução nº 216/2021, que dispõe sobre a Política de Impressão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí, através da disponibilização da Divulgação da "Cartilha de Uso Adequado de Equipamentos e Serviços de Impressão" e exposição de vídeo em animação, um material educativo e didático, além de proposição de recolhimento de impressoras próprias que estejam em desuso. O TJPI, nos anos de 2021-2022, conseguiu diminuir em mais de 30% a quantidade de impressões e os gastos referentes às mesmas.



- ✓ Nos anos de 2021-2022 houve um aumento de 444% da quantidade de resíduos destinados à reciclagem no TJPI. Para tanto, foram realizadas ações como a instalação de lixeiras para coleta seletiva no Fórum Cível e Criminal, Palácio da Justiça e Prédio Anexo da Corregedoria e acordos de destinação ambientalmente adequada de resíduos recicláveis para entidade social sem fins lucrativos (Associação de Cegos).
- ✓ Projeto E+ Reciclagem em parceria com a Equatorial Piauí promovendo a coleta seletiva, estimulando a redução de resíduos, o reuso e a reciclagem de materiais.



- ✓ Elaboração de Guia de Contratações Sustentáveis para auxiliar os demais setores do TJPI na inclusão de critérios de sustentabilidade em Termos de Referência para aquisições e contratações.
- ✓ Campanhas e ações de sensibilização quanto à temáticas de sustentabilidade nos canais de comunicação digitais.



- ✓ Realização do Curso “Meio Ambiente e Gestão Pública Sustentável”, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas-aula, realizado na modalidade à distância através da plataforma Cisco Webex, que certificou 15 (quinze) participantes, entre magistrados e servidores do Tribunal de Justiça.
- ✓ Ações solidárias (participação na Campanha de Arrecadação de Leite Materno do Banco de Leite Humano de Teresina-PI, Campanha para Arrecadação de Brinquedos, etc).
- ✓ Lançamento do “Manual de Acessibilidade das Edificações do TJPI”, projeto coordenado pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão, em parceria com a Superintendência de Arquitetura e Engenharia.

CLIQUE PARA ACESSAR O MANUAL



SUPERINTENDÊNCIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA-SENA

MANUAL DE ACESSIBILIDADE 2022

PARA UNIDADES JUDICIÁRIAS

- ✓ Entrega de 85 cadeiras de rodas às unidades judiciárias do Piauí, a fim de garantir melhor acessibilidade aos jurisdicionados com deficiência ou dificuldades de locomoção.
- ✓ Criação da Unidade de Acessibilidade e Inclusão, por meio da Resolução TJPI nº 320/2022.

Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

O TJPI desenvolveu diversas ações relacionadas

- ✓ Ações de enfrentamento à Covid-19 com realização de testes rápidos (disponibilização de 2 (dois) tipos de testes rápido -Teste sorológico IgG/IgM e teste de triagem que identifica anticorpos da classe IgG e IgM anti- Covid-19), tendo sido realizados 947 (novecentos e quarenta e sete) testes no ano de 2021 e 1035 (mil e trinta e cinco) entre janeiro e setembro de 2022, além do atendimento a servidores sintomáticos;



- ✓ Realização de Lives nas redes sociais oficiais do TJPI com as seguintes temáticas: “Um olhar sobre a saúde da mulher: como cultivar o autocuidado.”; Saúde Mental nos tempos atuais”; “Alimentação e Fortalecimento da Imunidade”. As lives contabilizaram 175 (cento e setenta e cinco) participantes.
- ✓ Realização de Campanhas de Doação de Sangue, com a dispensa do ponto no dia da doação de sangue, ao servidor que comparecesse à ação. A campanha de 2021 gerou a doação de 43 (quarenta e três) bolsas de sangue e em 2022 foram doadas 76 (setenta e seis) bolsas de sangue ao estoque do HEMOPI;
- ✓ Realização do I Torneio Sustentável de Futebol;
- ✓ Acompanhamento da saúde mental de servidores, magistrados e demais colaboradores, de forma presencial e remota, realizado por equipe de psicólogos e psiquiatras;
- ✓ Disponibilização de testes rápidos para detecção de HIV, Sífilis, Hepatites B e C;
- ✓ Acordo de cooperação para atendimento odontológico especializado a demandas de maior complexidade técnica não atendidas pelos odontólogos e/ou estrutura da unidade odontológica do TJPI;
- ✓ Elaboração da Cartilha de “Respeito à Diversidade”;

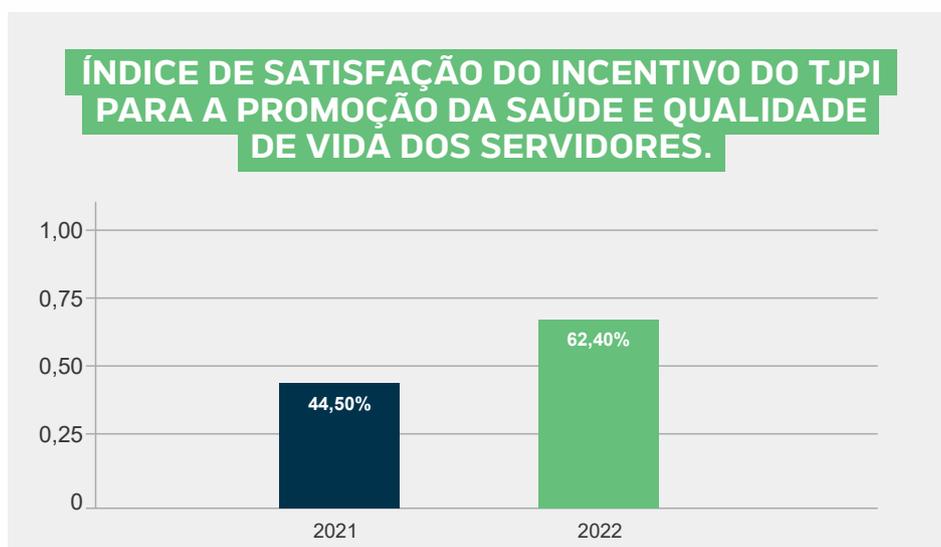
CLIQUE PARA ACESSAR A CARTILHA



- ✓ Campanha de Promoção de Saúde do Servidor (aferição de pressão arterial, glicemia, peso, estatura, circunferência abdominal e cálculo de IMC), com a realização de 40 (quarenta) atendimentos;
- ✓ O Tribunal de Justiça do Piauí iniciou aulas de ginástica laboral nas unidades administrativas e judiciais localizadas na sede do Tribunal em Teresina. A ação faz parte do programa de melhoria da qualidade de vida dos servidores (as) e magistrados (as). Essa iniciativa influenciou na melhoria do índice de satisfação do servidor quanto à promoção da saúde e qualidade de vida.

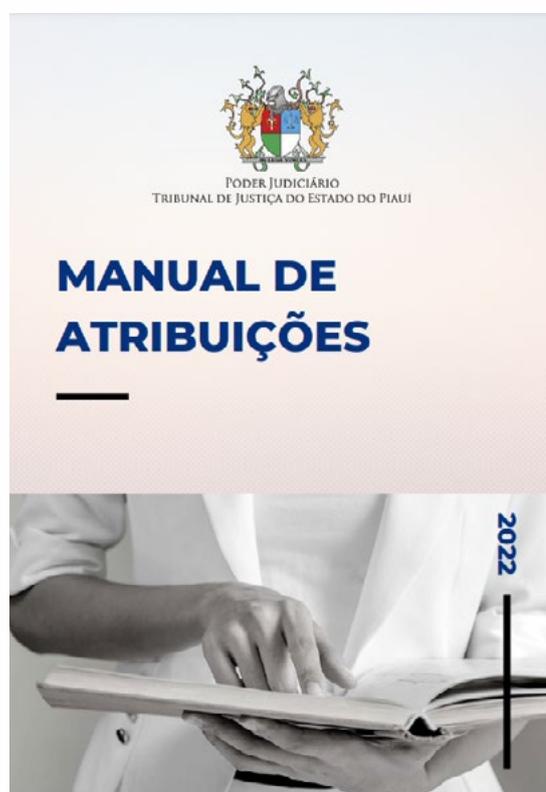


- ✓ As ações impactaram positivamente a satisfação dos servidores quanto ao incentivo do TJPI para a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores, conforme apontou a Pesquisa de Satisfação Interna - 2022.



Aprimoramento e Modernização da Gestão Administrativa

✓ Com o objetivo de definir as atribuições das unidades administrativas visando à melhoria dos fluxos de processos de trabalhos e à transparência das atividades, o TJPI elaborou o **Manual de Atribuições**, uma ferramenta que organiza e padroniza as atividades, rotinas e competências das unidades que compõem o Poder Judiciário do Estado do Piauí. O projeto que originou o Manual foi idealizado pela Secretaria de Gestão Estratégica (SEGES) e executado com o auxílio de um Grupo de Trabalho composto por representantes das unidades administrativas e judiciárias da Presidência TJPI, Vice-Presidência TJPI, Corregedoria Geral de Justiça, Corregedoria do Foro Extrajudicial, Ouvidoria e Escola Judiciária. Cada setor relacionou suas atribuições, baseadas nos normativos orientadores de suas competências e na organização da estrutura administrativa do órgão.



[CLIQUE PARA ACESSAR O MANUAL](#)



- ✓ Criação da Unidade de Auditoria Interna em 2021, visando coordenar as atividades de avaliação e consultoria nas unidades orgânicas do Tribunal, em cumprimento ao planejamento anual aprovado e cronogramas de realização de atividades de forma a zelar pelo cumprimento dos prazos estipulados;
- ✓ Execução do Plano Anual de Auditoria do TJPI, a cada exercício, composto por um conjunto de ações que objetivam examinar a legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência dos atos de gestão praticados pelo Tribunal, bem como avaliar a governança, a gestão de riscos e os controles internos no âmbito desses órgãos. O Plano Anual de Auditorias contempla ainda, além dos trabalhos de Auditoria e Consultoria, atividades de monitoramento - procedimento para verificação do cumprimento das recomendações da unidade de auditoria e dos resultados delas decorrentes, a fim de verificar as medidas adotadas e mensurar seus efeitos; e atividades de acompanhamento - ação de controle utilizada para acompanhar determinado processo de trabalho relevante e crítico durante sua execução;
- ✓ Criação da **Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau**, que proporcionou o aprimoramento administrativo no âmbito do Tribunal, uma vez que busca modificar o que conhecemos hoje por “cartório tradicional – vinculado a cada juízo”, para a unificação das serventias judiciais em um cartório único. A CPE visa ainda gerenciar e realizar as expedições e movimentações processuais no âmbito do grau de jurisdição em que é implantada e otimizar a gestão de processos e pessoas no âmbito do Poder Judiciário, potencializando a produtividade das unidades judiciais, serventias e servidores. A implementação da Central de Processos Eletrônicos do 2º Grau tem como principais objetivos: reduzir o tempo de tramitação de processos, em função da revisão constante dos fluxos e procedimentos; cumprir as metas do CNJ (Ex: Arquivar mais processos do que os distribuídos mensalmente, correlato à Meta 1 do CNJ; cumprir as determinações judiciais e exercer os serviços cartorários específicos de modo mais célere e padronizado, observando as uniformidades dos procedimentos; reduzir constantemente o congestionamento de processos nas coordenadorias.



CLIQUE PARA ACESSAR O ARQUIVO



- ✓ Integração do TJPI ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com a aplicação em todos os procedimentos de contratação direta (dispensas e inexigibilidades);
- ✓ Implantação do módulo de Dispensa Eletrônica, com o objetivo de tornar a contratação mais rápida e eficiente dentro das necessidades e desafios que se apresentam à Administração Pública, em especial ao Tribunal de Justiça do Piauí, gerando um menor custo processual e maior economia nas contratações;
- ✓ Implantação do modelo de gestão das Comissões Especiais de Licitação, com a distribuição das Presidências de CEL entre os servidores membros das CPL's e os Pregoeiros, ampliando a possibilidade de presidências simultâneas e a adequada distribuição da força de trabalho, permitindo maior dedicação dos membros e a consequente celeridade processual, melhorando a gestão de contratação de obras e padronizando o modelo processual, com fluxo e atos bem fundamentados, que geraram integridade ao modelo de gestão, mirando, dentre outros princípios, a transparência, a publicidade, a economicidade, a qualidade dos serviços e a eficiência;

- ✓ Adequação e modernização dos postos de trabalho terceirizados à virtualização dos processos, aos novos regulamentos e aos ambientes da nova sede e novas unidades do TJPI;
- ✓ Padronização dos procedimentos de prorrogação, pagamentos, acréscimos e convênios, de forma a otimizar e facilitar o processo e/ou eliminar redundâncias ou etapas que não geram valor;
- ✓ Padronização dos documentos do planejamento da contratação de modo a otimizar os procedimentos iniciais para novas licitações, trazendo mais eficiência e eficácia na análise e conclusão desses procedimentos;
- ✓ Elaboração dos manuais de Gestão e Fiscalização de Contratos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

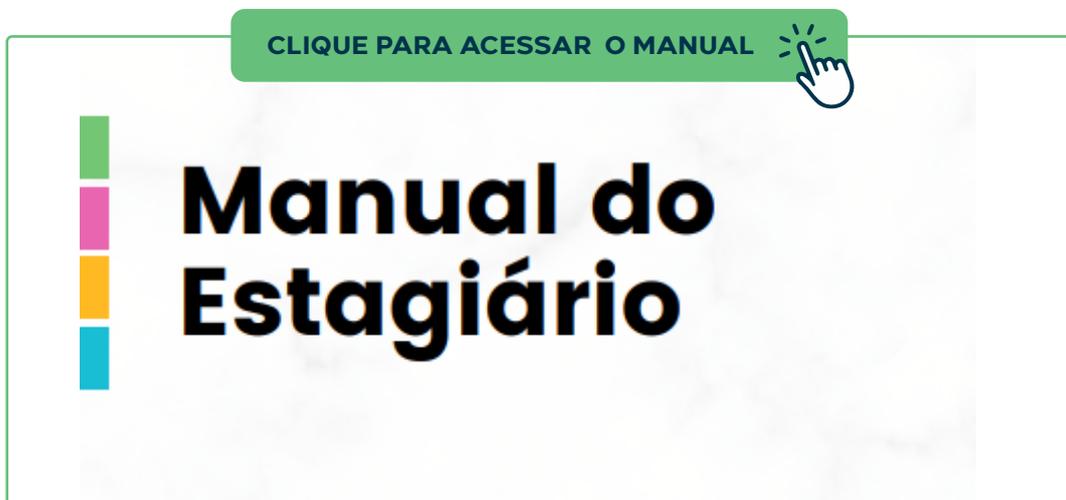


Otimização da Gestão de Pessoas

- ✓ Realização de Concurso Público para provimento de vagas do quadro de Pessoal Efetivo do TJPI, com a oferta de 80 (oitenta) vagas para preenchimento imediato, mais formação de cadastro de reserva. O certame contemplou os cargos de analista judicial, analista administrativo, médico, médico psiquiatra, nutricionista, psicólogo, odontólogo, estatístico, enfermeiro, engenheiro civil, engenheiro eletricista, fisioterapeuta, contador, auditor, arquiteto, assistente social, analista de sistemas e oficial de justiça.



- ✓ Revisão da Lotação Paradigma TJPI, visando à equalização da força de trabalho entre as unidades judiciárias e administrativas, além da promoção de Editais de Remoção.
- ✓ Produção do Manual do Estagiário, coordenado pela Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, com a contribuição dos próprios estudantes, com objetivo de melhorar os procedimentos internos e servir de guia para a jornada de trabalho aos novos acadêmicos(as) que adentram a instituição.

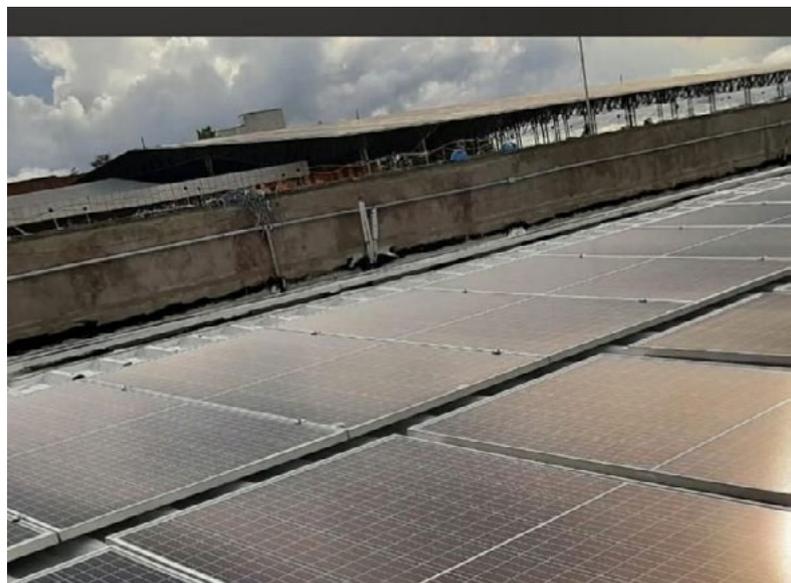


- ✓ Atualização do Banco de Dados TJPI, através da realização de cadastramento de Pensionistas de Magistrado (a), Magistrados (as) Inativos (as) e Servidores (as) Inativos (as) do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, bem como de servidores cedidos de outros órgãos ou entes.
- ✓ Programa de Aposentadoria Incentivada - PAI 2022 relativo aos cargos e carreiras dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, atendendo à Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, focada na competência, conforme estabelece a Resolução CNJ nº 240/2016.
- ✓ Digitalização dos assentamentos funcionais dos (as) magistrados (as) e servidores (as), em prol de uma maior efetividade da gestão administrativa.

Infraestrutura

- ✓ Visando maior planejamento, execução e monitoramento de ações relativas às obras do Poder Judiciário do Estado do Piauí, a Superintendência de Engenharia e Arquitetura elaborou o Plano de Obras para o biênio 2021 - 2022, que traz a avaliação técnica completa da estrutura física das unidades judiciárias e da adequação dos imóveis à prestação jurisdicional, detectando suas fragilidades e estabelecendo um indicador de prioridade para cada unidade, de modo a nortear a Administração e definir as obras prioritárias, sejam elas de reformas, ampliações ou novas construções.

- ✓ Foram iniciados 17 (dezessete) procedimentos para construção/reforma de Fóruns e Juizados, contribuindo para aumento da produtividade de magistrados e servidores (público interno) e melhoria na prestação dos serviços à sociedade (público externo). Todos os prédios possuem plena acessibilidade (banheiros acessíveis, rampas de acesso aos desníveis ou elevadores em caso de mais de um pavimento) e contam com modernas instalações, bem como dispõem de mobiliário novo e grupos geradores, além de sistema de geração de energia solar fotovoltaica.



- ✓ Inauguração das novas instalações do Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. O novo prédio teve investimento de R\$ 50 milhões, com recursos próprios do TJPI em parceria com o FERMOJUPI. A primeira etapa ensejou na entrega do edifício-sede e do novo prédio administrativo, e seguem as obras para a construção da Corregedoria Geral da Justiça, Escola Judiciária e auditório.

PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO/REFORMA INICIADOS NO BIÊNIO 2021/2022

ITEM	OBJETO	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR CONTRATADO OU ESTIMADO(*)	PRAZO DE EXECUÇÃO
01	Construção dos Novos Prédios da Corregedoria e EJUD	Obra em andamento	16.020.942,35	360 dias
02	Construção do Novo Fórum e JECC de José de Freitas	Obra em andamento	4.000.704,08	360 dias
03	Construção do Novo Fórum e JECC de Barras	Contrato assinado	3.572.092,37	360 dias
04	Construção do Novo Fórum de Cocal	Obra em andamento	2.651.039,20	300 dias
05	Reforma do JECC Horto de Teresina	Obra em andamento	1.535.878,94	300 dias
06	Reforma e Ampliação do Fórum de Itauaieira	Obra em andamento	1.947.738,11	240 dias
07	Reforma e Ampliação do Fórum de São João do Piauí	Contrato assinado	1.957.129,36	300 dias
08	Construção do Novo Fórum e JECC de Piracuruca	Obra em andamento	4.005.065,01	360 dias
09	Construção do Novo Fórum de Simões	Obra em andamento	2.886.497,04	300 dias
10	Construção dos Novos Prédios do Auditório e SUGESQ	1ª Sessão Pública realizada no dia 26/09/2022	22.164.661,73	360 dias
11	Construção do Novo Fórum de Jaicós	Fase de julgamento de habilitação	5.599.364,28	360 dias
12	Construção do Novo Fórum de Porto	Fase interna de licitação	5.405.057,44	360 dias
13	Construção do Novo Fórum e JECC de União	Fase interna de licitação	7.632.336,44	360 dias
14	Construção do Novo Fórum e JECC de Uruaú	Fase interna de licitação	8.011.997,02	360 dias
15	Construção do Novo Fórum de Capitão de Campos	Fase interna de licitação	5.982.911,37	360 dias
16	Construção do Novo Fórum de Monsenhor Gil	Fase interna de licitação	6.153.299,96	360 dias
17	Conclusão da Construção do Novo Fórum de Canto do Buriti	1ª Sessão Pública agendada para o dia 03/11/2022	3.322.922,57	240 dias
TOTAL			102.849.637,27	

(*) No caso dos procedimentos licitatórios em andamento, foi informado o valor estimado.

Fundo de Modernização e Aparelhamento do Poder Judiciário

- ✓ Instituição do Manual de Custas Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - Sistema Cobranças Judiciais, que versa sobre os procedimentos envolvidos na emissão das guias de recolhimento de custas e taxas necessárias à instrução dos processos judiciais, bem como visa orientar acerca do benefício da justiça gratuita, com o intuito de melhor equalizar os custos da prestação dos serviços jurisdicionais entre os usuários para atendimento às pessoas com efetiva insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios.
- ✓ Viabilização de mais uma forma de pagamento das custas, emolumentos e taxas devidas ao Poder Judiciário, através do QR CODE PIX, a ser disponibilizado juntamente com cada guia de recolhimento registrada em favor do FERMOJUPI.
- ✓ Instalação do selo digital que passou a ser efetivamente utilizado por 147 (cento e quarenta e sete) serventias extrajudiciais do Estado do Piauí.
- ✓ Retomada das inspeções in loco, além das remotas, junto a serventias extrajudiciais do Piauí, com o fim de avaliar a conformidade das obrigações fiscais, tributárias, utilização de selos de autenticidade e lançamentos contábeis, mediante o controle e inspeção dos serviços notariais e de registro públicos visando à repressão e ao combate a irregularidades, fraudes e ilícitos tributários contra o TJ/PI, bem como subsidiar os órgãos correicionais competentes.
- ✓ No biênio 2021/2022, até 31/08/2022, a arrecadação do FERMOJUPI atingiu o importe de R\$ 242.142.163,52 (duzentos e quarenta e dois milhões, cento e quarenta e dois mil cento e sessenta e três reais e cinquenta e dois centavos), demonstrando um incremento em torno de 60% (sessenta por cento) em relação ao mesmo período do biênio anterior, confirmando o

aperfeiçoamento da capacidade arrecadatória do Fundo, reflexo dos modelos de trabalho e do sistema de arrecadação e controle das receitas próprias do Poder Judiciário, e garantindo o aporte necessário às ações de modernização e reaparelhamento do Poder Judiciário promovidas pela Presidência do TJ-PI.

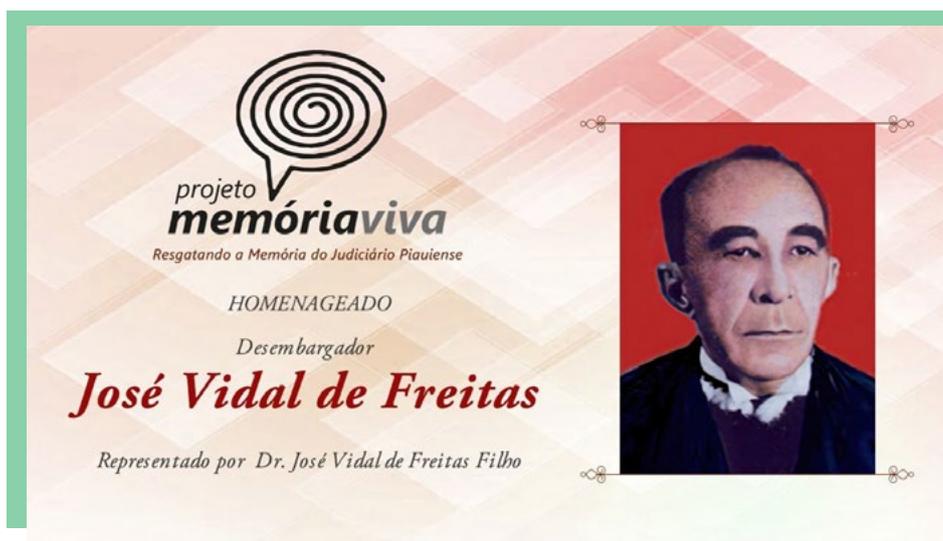
A Coordenadoria e Precatórios

- ✓ Foi realizada a efetivação de 1.493 créditos de precatórios a credores, totalizando o valor de R\$ 165.621.519,24 (cento e sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e um mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos). Desse total, 895 créditos são referentes ao pagamento da parcela superpreferencial, os quais somam a quantia de R \$24.194.225,48 (vinte e quatro milhões, cento e noventa e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos).

Projeto Memória Viva

Resgatando a memória do Judiciário Piauiense, nasceu através do Plano de Gestão do Prodoc, com o objetivo de contribuir para a construção da memória do Tribunal de Justiça, como uma importante ferramenta na consolidação da identidade do Poder Judiciário.

Com o objetivo de preservar a memória e as narrativas do Poder Judiciário piauiense e relembrar os caminhos que consolidaram a Justiça no Piauí, o Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) está cadastrando bens materiais e imateriais para compor o primeiro Museu sobre a história da justiça no Piauí.



Comunicação do TJPI

2021	
MÊS	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
Janeiro	49
Fevereiro	61
Março	93
Abril	81
Maio	81
Junho	96
Julho	68
Agosto	105
Setembro	113
Outubro	91
Novembro	108
Dezembro	72
TOTAL	1018

2022	
MÊS	QUANTIDADE DE MATÉRIAS PUBLICADAS
Janeiro	80
Fevereiro	101
Março	110
Abril	81
Maio	140
Junho	134
Julho	156
Agosto	163
Setembro	184
Outubro	190
Novembro	79
TOTAL	1418

Dados

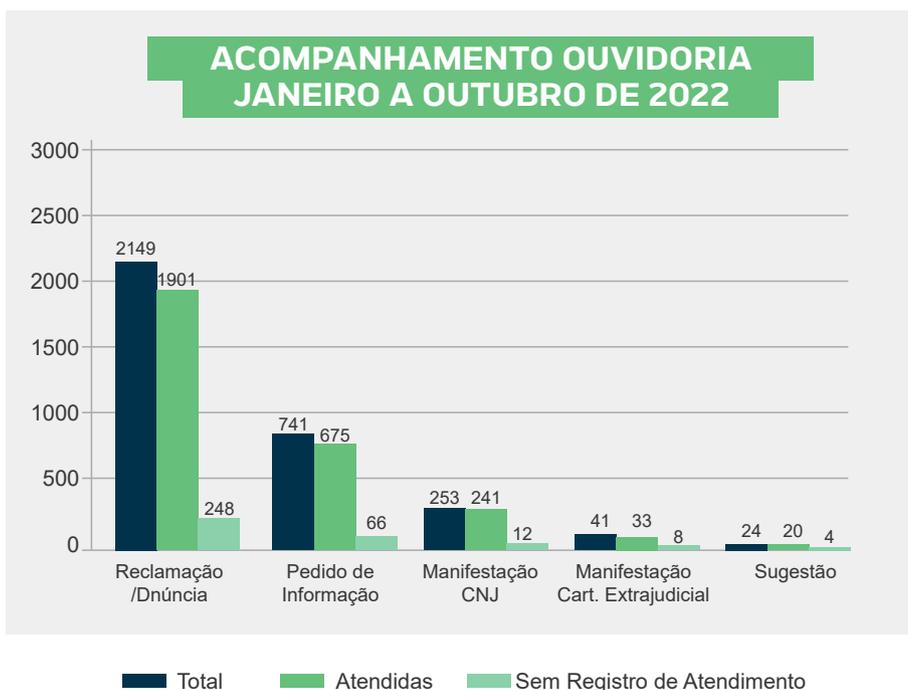
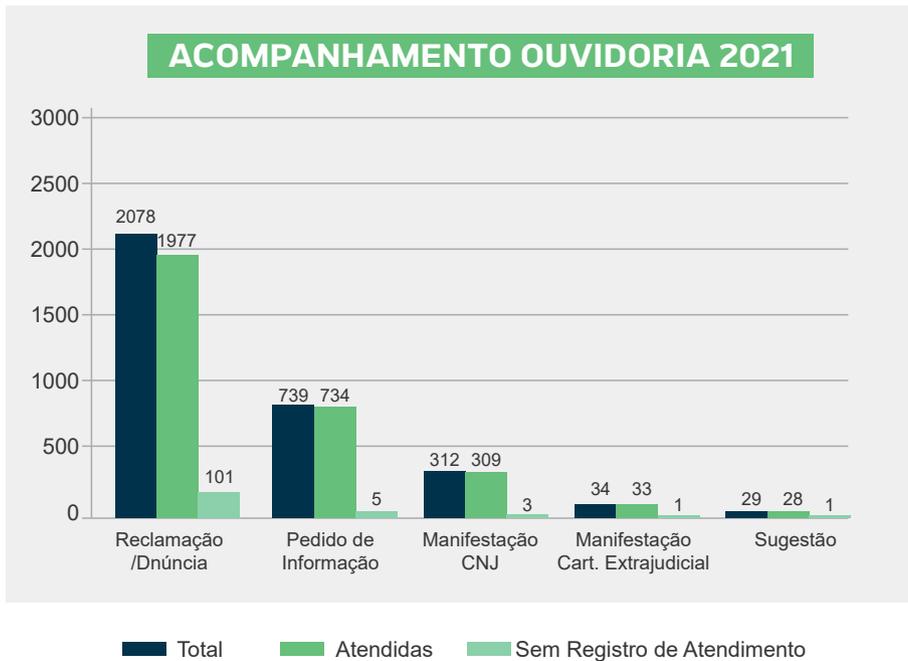
Orçamentários

Para o exercício financeiro de 2022, além de robustecido com a economia gerada no ano anterior, devido aos impedimentos na realização de determinadas despesas com pessoal, as negociações de Chefe de Poder garantiram um incremento no Orçamento do Órgão capaz de viabilizar as ações constantes na Tabela 1.

TABELA 1	
1. Reajuste servidores (efetivos e comissionados) em 12,37%	R\$ 41.785.690,16
2. Reajuste no auxílio insalubridade e periculosidade em 7%	R\$ 181.204,80
3. Reajuste no auxílio-transporte em 15%	R\$ 1.133.829,58
4. Auxílio – Saúde Magistrados e Servidores	R\$ 25.214.116,16
5. Reajuste do auxílio-alimentação em 7% (todos)	R\$ 3.506.338,89
6. Pagamento de auxílio-alimentação retroativo de magistrados	R\$ 6.632.019,05
7. Nomeação de 6 juízes substitutos	R\$ 3.058.540,38
8. Fixação em R\$ 4.000,00 da indenização para leigos e conciliadores	R\$ 1.672.005,17
9. Parcelamento de férias retroativas magistrados	R\$ 7.580.986,44
10. Gratificação de 10% para acúmulo de acervo (magistrados) – indenizatório	R\$ 7.022.744,21
11. Diferença auxílio-alimentação retroativo	R\$ 435.634,98
12. Aumento de 80 estagiários	R\$ 1.317.120,00
13. Criação de 16 cargos na Resolução 235-2021 para provimento em 2022	R\$ 1.388.349,39
TOTAL	R\$ 100.928.579,21

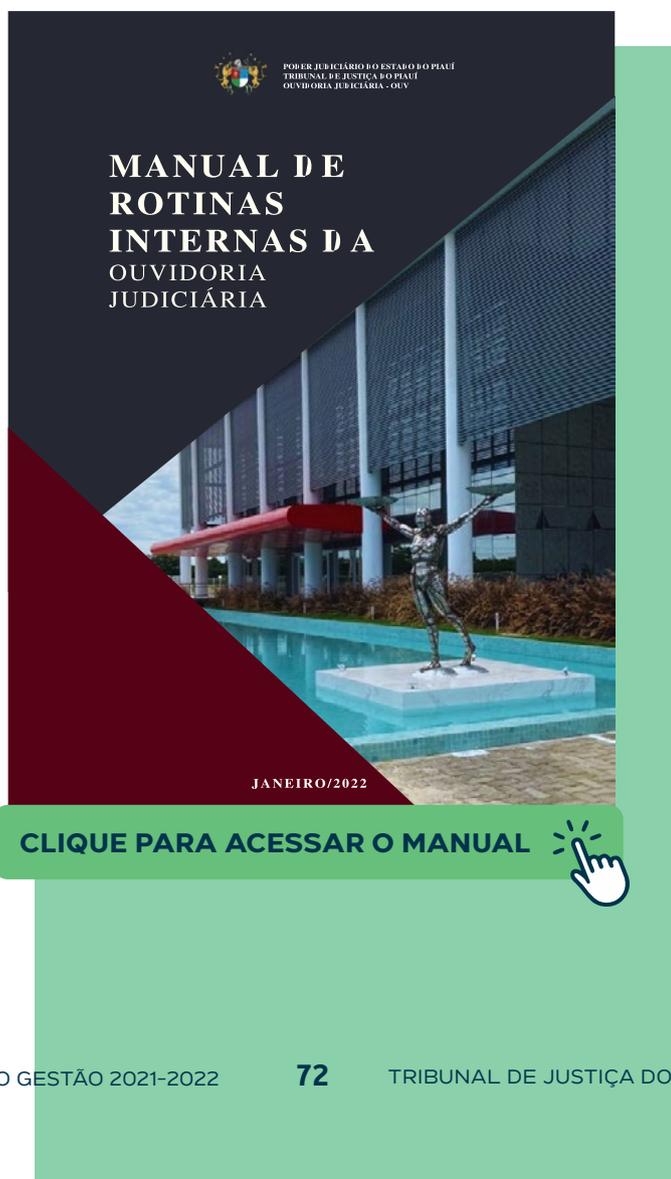
Ouvidoria

Criação de novo sistema destinado à Ouvidoria Judiciária



A Ouvidoria do TJPI disponibiliza Manual de Rotinas Internas

Como instrumento de orientação aos cidadãos, servidores(as), magistrados(as) e às equipes na execução das atividades da Ouvidoria Judiciária do Tribunal de Justiça do Piauí, já está disponível o Manual de Rotinas Internas da Ouvidoria Judiciária. A Ouvidoria Judiciária foi criada para ser um canal aberto de comunicação do Tribunal de Justiça do Piauí com a sociedade, a fim de contribuir para a efetivação da democracia mediante compreensão do cidadão de seus direitos face à administração pública, bem como permitir à população a efetiva influência na qualidade dos serviços e na averiguação da transparência da administração pública no desempenho de suas instituições.



DIRETRIZ RESOLUTIVIDADE



Valorização de práticas focadas no desenvolvimento do Poder Judiciário, buscando a alta performance e consolidando vias de diálogo entre instituições essenciais à Justiça.

Principais ações e resultados alcançados na **Diretriz Resolutividade**, conforme as áreas abaixo elencadas:

Infância e Juventude

Coordenadoria Estadual Judiciária Da Infância e Juventude – CEJIJ

Mutirões de Audiências Concentradas: 1º e 2º Vara da Infância e Juventude de Teresina - Resultou na reavaliação trimestral de todas as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Realização das audiências concentradas que levou em consideração os resultados exitosos obtidos em audiências concentradas realizadas, pela 2ª Vara da Infância e Juventude de Teresina, nos meses de agosto e dezembro de 2021, em que **58 (cinquenta e oito)** adolescentes tiveram suas medidas socioeducativas reavaliadas. Destes, **36 (trinta e seis)** receberam progressão de medida para meio aberto, e **22 (vinte e dois)** permaneceram na medida, para evoluírem seu processo pedagógico de ressocialização e responsabilização.

Foram feitos **9** materiais informativos, **4** campanhas e **2** projetos. Em destaque, o Maio Laranja, que movimentou mais de **800** ações de crimes sexuais contra vulneráveis.

Participação da coordenadora, servidores e servidoras em cursos de capacitação, campanhas, conselhos, comissões, congressos, fóruns, reuniões e outros eventos do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente.



Projeto do TJPI lançou painel com dados sobre processos de adoção

O painel Processos Judiciais de Adoção de Crianças e Adolescentes disponibiliza no Portal da Transparência a quantidade de processos sobre adoção que tramitam no Judiciário piauiense, por varas e unidades. O painel é uma iniciativa do projeto Filhos do Sol do Equador, realizado pelo Tribunal de Justiça do Piauí.

A ação visa, além de desenvolver um diálogo do Judiciário com outras instituições, sensibilizar a sociedade piauiense para a importância da realização da adoção e proteção da infância e juventude.



Fonte: <https://transparencia.tjpi.jus.br/boxes/390/public> (Acessado em 05/12/2022)

Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

Núcleo Permanente De Métodos Consensuais De Solução De Conflitos - Nupemec

No ano base de 2020, com os desafios da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), o TJPI projetou-se do 9º para o 4º lugar dentre os Tribunais de Pequeno Porte na avaliação do CNJ. Já no ano base de 2021, vê-se que o TJPI começou a recuperar a sua posição e permaneceu no 4º lugar dentre os Tribunais de Pequeno Porte na avaliação do CNJ.

- ✓ Resultado estatístico da XVI Semana Nacional de Conciliação (2021) - Quantidade de Audiências na XVI Semana Nacional de Conciliação - **1686**

- ✓ Quantidade de Sentenças Homologatórias na XVI Semana Nacional de Conciliação - **595**

- ✓ O total de audiências realizadas nos anos de 2018 a 2022: em 2018 foram **718** audiências , em 2019 foram **7302** audiências , em 2020 foram 2639 audiências , em 2021 foram **5385** audiências , e em 2022 foram **6182** audiências.

Instituição da Plataforma de Processo Judicial eletrônico - PJe como o Sistema para a resolução autocompositiva de conflitos em processos eletrônicos, em que as tratativas poderão ser encaminhadas para negociação, conciliação e mediação.

Para difundir a cultura do diálogo e do fortalecimento dos métodos alternativos de solução de conflitos, está disponível em seu portal: a SÉRIE "CONHECENDO A MEDIAÇÃO" e "ORIENTAÇÃO AO CIDADÃO".

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Móvel - CEJUSC Móvel, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Piauí, foi criado a partir da Portaria (Presidência) nº 1431/2019, de 03 de maio de 2019.

Desde sua criação, o Cejusc Móvel obteve 64% de acordos durante audiências de pauta concentrada na Comarca de Caracol, realizou exames de DNA na Comarca de União e alcançou mais de 84% de conciliação em Porto-PI.

Diante do cenário mundial causado pela Pandemia da COVID 19 e atentos aos desdobramentos esperados, o NUPEMEC e os CEJUSCs buscaram mobilizar esforços para criar uma etapa pré-processual simples e acessível a todos virtualmente, principalmente para os que não têm familiaridade com as tecnologias. TJPI realizou a primeira mediação de divórcio com um dos interessados no exterior; CEJUSC I Teresina realizou 758 audiências virtuais de janeiro a maio de 2021 e usa intérprete de libras em audiência envolvendo pessoas com deficiência. CEJUSC OEIRAS realiza divórcio consensual em 23 minutos.

O Sistema PJE passa a ser único Sistema Processual no Judiciário Piauiense. Com essa medida, buscamos otimizar o tempo gasto na realização dos atos, propiciando a automação de tarefas antes realizadas manualmente e reduzindo o tempo de tramitação dos processos. Além disso, a adoção de um só sistema de controle de processos possibilita a uniformização de rotinas, a melhor distribuição das tarefas aos servidores e o controle estatístico de dados de produtividade, alcançando-se maior eficiência na prestação jurisdicional.

Painel Solucionar - Monitoramento dos Indicadores dos Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos



Fonte: <https://transparencia.tjpi.jus.br/boxes/390/public> (Acessado em 05/12/2022)

COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar

- ✓ Neste ano de 2022, a Semana da Justiça pela Paz em Casa teve sua primeira realização, em março, com 400 processos pautados durante a semana. No mês de agosto, durante o Agosto Lilás, mais de 500 audiências entraram na agenda. Na terceira edição, estamos agilizando para que sejam pautados mais de 300 processos, com a celeridade e o rigor jurisdicional necessário. A iniciativa, além de ser uma resposta à sociedade, em especial às mulheres em situação de violência, também contribui com o alcance da META 8 de 2022 do CNJ.
- ✓ Capacitação de magistrados(as) e servidores(as) de todas as unidades judiciárias e administrativas, visando a uma acolhida adequada à mulher em situação de violência doméstica e familiar que busque apoio em quaisquer unidades do Poder Judiciário.

O Agosto Lilás desenvolveu a Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, que contou com os seguintes projetos:

Tic e tac: redução do tempo médio de concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar contra mulheres. Recorde atual: 19 minutos entre a distribuição do processo e a concessão da medida.



TIC TAC

redução do tempo médio de concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar contra mulheres. Recorde atual: 17 minutos entre a distribuição do processo e a concessão da medida.

Flores Incultas

rodas de conversa em escolas públicas e privadas para conscientização sobre violência doméstica e familiar contra mulheres com mais de 1000 participantes.



Selo Empresa Amiga da Mulher



capacitação e reconhecimento a empresas e instituições que aderiram à prevenção e ao combate à violência contra a mulher. Obteve adesão das empresas do setor hoteleiro de Cajueiro da Praia e Barra Grande, principais destinos turísticos do Piauí; Shopping Rio Poty; Teresina Shopping; duas subseções da OAB: Parnaíba e São Raimundo Nonato, além de 20 outras empresas.

- ✓ A ação da 20ª Semana da Justiça pela Paz em Casa do Tribunal de Justiça do Piauí, realizou um esforço concentrado para realizar audiências e julgamentos de processos envolvendo violência doméstica e familiar e casos de feminicídios. Na capital, Teresina, aconteceram 87 audiências de violência doméstica, 05 audiências de feminicídio e 01(um) júri de feminicídio.
- ✓ Judiciário piauiense realiza capacitação para acolhimento a mulher vítima de violência.
- ✓ O Tribunal de Justiça do Piauí é o 2º tribunal do país na concessão de medidas protetivas de urgência a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com 99,54% de concessões.
- ✓ Criação de 02 (dois) Juizados de Violência Doméstica.
- ✓ Criação do **Painel Mulheres**.



JUIZADOS ESPECIAIS

Ações que contribuíram para o aprimoramento do Sistema dos Juizados Especiais com melhoria da prestação jurisdicional e aumento da produtividade, utilização da mediação e da conciliação, aprimoramento do uso de recursos informacionais, melhoria do clima organizacional e distribuição cada vez mais eficiente da força de trabalho.

CGJ implanta serviço de Atermação Virtual nos Juizados Especiais de Teresina

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) regulamentou, por meio do Provimento nº 84/2021, o serviço de Atermação Virtual nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública da Comarca de Teresina. A iniciativa faz parte do projeto Fortalecendo os JECCs, que visa ao aperfeiçoamento e ganho de eficiência dessas unidades no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ-PI), e permite que usuários desacompanhados de advogados protocolam ações nessas unidades.

Como Funciona?



Por meio deste serviço, qualquer pessoa capaz para os atos da vida civil e portadora de CPF pode realizar o registro do pedido inicial nos Juizados Especiais Cíveis e Juizado da Fazenda Pública da Capital, gratuitamente, sem a representação de advogado, nas causas cujos valores não ultrapassem vinte salários mínimos.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DA MIGRAÇÃO NAS TURMAS RECURSAIS

Conclui-se que durante a migração nas Turmas Recursais foram movimentados 3.540 (três mil quinhentos e quarenta) processos; destes, foram migrados 3.103 (três mil cento e três) processos para o sistema Pje 2º grau, sendo 83 (oitenta e três) provenientes do sistema ThemisWeb Recursal e 3.020 (três mil e vinte) processos do sistema Projudi Recursal, com a participação dos 27 (vinte e sete) servidores.

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário GMF

DEPEN/MJSP e GMF-PI buscam desenvolver política de emprego e renda para apenados e egressos do sistema prisional

AÇÕES PARA EMPREGO E RENDA

O ponto nodal da visita verteu-se na apresentação do interesse do DEPEN no desenvolvimento de políticas de empregabilidade e renda tanto para a população em cumprimento de pena, quanto para a egressa do sistema prisional. Para tanto, o DEPEN firmou termo de cooperação técnica com a SEJUS para fortalecimento das ações do Escritório Social, equipamento público previsto na Política Nacional de Atendimento à Pessoas Egressas do Conselho Nacional de Justiça – (Resolução nº 307/2019 do CNJ), que tem por finalidade o atendimento da população após a saída do cárcere, visando auxiliar a retomada da população prisional na vida pós-muros. Com os recursos, a SEJUS ampliará a capacidade de atendimento do equipamento por meio da contratação de equipes interprofissionais e realização de cursos de qualificação.

PROJETO PROGRESSOS

O projeto Progressos: Estratégia com Empreendimento, promove cursos e capacitações para detentos, egressos do sistema penitenciário, cumprindo apenados e pessoas que cumprem medidas alternativas. Baseado na Lei n. 7.210/84 (destaca que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade (art. 10) e define que o Poder Público contribuirá com essa política assistencial), conta ainda com o apoio do Programa Fazendo Justiça, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Pnud. O projeto, resultado de acordo de cooperação técnica entre o TJPI, SEBRAE/PI e Secretaria de Justiça do Piauí, promove condições de reinserção social aos apenados do sistema prisional piauiense, por meio de empreendedorismo e do desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho. Atualmente o Projeto PROGRESSOS contabiliza **195 participações** de internos e internas do sistema prisional piauiense e a entrega de **191 certificados** e representa a efetiva ampliação da política pública de reinserção social dos futuros egressos.





ESCRITÓRIO SOCIAL

No Piauí, o Escritório Social foi criado por meio de um termo de parceria entre o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e Estado do Piauí, e teve como base o projeto Reconstruindo Vidas, iniciativa da Vara de Execuções Penais de Teresina, e se consubstancia no acompanhamento e direcionamento para o mercado de trabalho de pessoas egressas do sistema prisional no Estado do Piauí. Nesse período, o projeto já auxiliou inúmeras pessoas. A partir da parceria com o Estado, com o suporte dos recursos advindos com o convênio Firmado com o DEPEN, pretende-se expandir o alcance das ações incluindo o acompanhamento do público pré-egresso, ou seja, das pessoas que se encontram no período final do cumprimento de pena até o contato total com a liberdade.

CGJ-PI, GMF-PI e SEJUS assinam acordo de cooperação para o aperfeiçoamento do sistema prisional

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI), o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Piauí (GMF-PI) e a Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos (Sejus) reuniram-se para a assinatura do Termo de Cooperação Técnica visando ao aperfeiçoamento do sistema carcerário piauiense. A solenidade ocorreu de modo virtual e contou com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Fernando Lopes.

O objetivo desta cooperação é a aplicação e a revalidação de medidas cautelares à prisão no Piauí, como monitoramento eletrônico e prisões domiciliares.

TJPI é o 1º do país a adotar a prática de Justiça Restaurativa para remição de pena

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) é o primeiro tribunal do país a adotar a frequência nas ações da política de Justiça Restaurativa dentro do sistema prisional e no âmbito das execuções penais como tempo para remição de pena.



Conheça o Programa

O programa Justiça Restaurativa para a Liberdade é executado pelo Comitê de Gestão Institucional da Política de Justiça Restaurativa e Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Piauí e tem como parceiros a Secretaria de Justiça do Piauí-SEJUS; o Conselho Nacional de Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD; a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania-SASC, o Conselho da Comunidade, a Pastoral Carcerária, a Comissão de Direito Sistemico e Justiça Restaurativa da OAB/PI e a Coordenadoria da Defensoria no sistema penitenciário.ões penais como tempo para remição de pena.

Ações do 2º Grau

Projeto de 100 dias de Baixa Processual

Ao todo, durante o período de execução do programa, foram baixados 8.453 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e três) processos, dentre físicos e eletrônicos. Os números alcançados refletem, ainda, nos seguintes resultados:

- ✓ Saneamento e diminuição significativa do acervo processual das Coordenadorias Judiciárias;
- ✓ Implementação de um modelo de trabalho permanente voltado para a priorização da baixa processual;
- ✓ Análise, movimentação e atualização dos processos mais antigos;
- ✓ Melhoria na adequação das metas de trabalho ao objetivo da baixa processual.

Virtualização dos processos físicos do 2º Grau

Ao todo, foram virtualizados 6.897 (seis mil, oitocentos e noventa e sete) processos físicos, dentre feitos ativos, suspensos e aguardando decisão dos tribunais superiores.

Cadastro Eficiente do 2º Grau

Foram 160 (cento e sessenta) entes cadastrados para o recebimento de citações e intimações eletrônicas no Processo Judicial Eletrônico do 2º Grau, sendo destes 71 cadastros voluntários, 58 cadastros compulsórios e 31 cadastros replicados do 1º Grau.

Descrição das ações que foram realizadas no 2º Grau:

No âmbito do desenvolvimento de soluções de TIC, podem ser destacadas as seguintes iniciativas impulsionadas por esta unidade, sem prejuízo de diversas outras ações pontuais e corretivas:

- ✓ Painel eletrônico de gestão de dados, para visualização de informações referentes ao acervo processual e à produtividade das Coordenadorias Judiciárias (Finalizado).
- ✓ Automatização das intimações eletrônicas (Finalizado).
- ✓ Alteração do fluxo de redistribuição do sistema PJe (Finalizado).
- ✓ Reformulação do fluxo das sessões de julgamento do sistema PJe, com a finalidade de aperfeiçoar o controle dos processos com pedido de inclusão em pauta e de implementar as intimações eletrônicas de pauta (Finalizado).
- ✓ Criação de tarefa para o controle e juntada dos documentos de expedição obrigatória no BNMP (Finalizado).
- ✓ Funcionalidade para identificação de processos julgados ainda em tramitação, o que resultou no desenvolvimento das etiquetas automáticas pelo OPALALAB (Finalizado).
- ✓ Aperfeiçoamento do fluxo de remessa de processos aos tribunais superiores (Finalizado).

Centro de Inteligência do TJPI

Principais ações desenvolvidas:

- ✓ Criação do Portal CIJEPI (Link para acesso: <https://centrodeinteligencia.jfrn.jus.br/tjpi/#/>)
- ✓ Publicação de Notas Técnicas
- ✓ Elaboração de Manual de Instauração e Instrução de IRDR

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas

Principais ações desenvolvidas:

- ✓ Comunicados e Informativos de Tese Fixada e Suspensão Nacional
- ✓ Grupos de Estudos
- ✓ Acompanhamento dos IRDR's no TJPI
- ✓ Administração processos sobrestados com a alimentação do Banco Nacional de Precedentes
- ✓ Webservice e Gestão de Precedentes
- ✓ Elaboração de Notas Técnicas em parceria com o CIJEPI
- ✓ Elaboração de Manual de Instauração e Instrução de IRDR
- ✓ Elaboração de Glossário do Nugepnac

Corregedoria Geral de Justiça - CGJ

AÇÕES, ATIVIDADES, PROJETOS E PROGRAMAS COLOCADOS EM PRÁTICA NA CGJ-PI NO PERÍODO DE GESTÃO 2021/2022.

- Programa Permanente de Ação, Identificação e Aperfeiçoamento das Unidades Jurisdicionais de Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Piauí
- Projeto "Grupo de Sentenças - em execução - Criado pela Portaria 595/2022, tem como objetivo apoiar administrativamente as ações desenvolvidas para alcance das metas nacionais, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça
- Projeto E +RECICLAGEM PI – Iniciativa da empresa Equatorial Piauí
- Termo de Acordo de Cooperação Técnica entre CGJ, Central de Mandados do Primeiro Grau de Teresina - PI, Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS) e Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí (em andamento)
- Sistema de Monitoramento de Conflitos Fundiários
- Fortalecimento dos JECCs
- Implantação - Expansão de Salas de Depoimento Especial e do Serviço Integrado Multidisciplinar (SIM)
- Programa Regularizar
- Projeto DESTINAR - Fases 2021 e 2022
- Baixar para Avançar
- Projeto de Virtualização de Acervo Remanescente Sistema Themis Pje - Implantação da Plataforma Digital do Poder Judiciário

Proposta de contratação da empresa Provalore

Dentre as principais ações da unidade, destaca-se a iniciativa para a contratação da empresa ProVALORE, cujas principais informações foram apresentadas pela Unidade GABJACORJUD através da Manifestação Nº 45619/2022, a seguir dispostas:

A **ProValore** é uma empresa de consultoria de gestão estratégica e treinamento gerencial com alcance em todo o território brasileiro, especialista no serviço público.

O contrato assinado entre CGJ-PI e ProValore, que leva em consideração o que estabelecem o Plano Estratégico do Poder Judiciário Nacional e o Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, prevê a entrega dos seguintes produtos: Plano de Trabalho Ajustado; Reconhecimento e meritocracia para as unidades judiciárias do primeiro grau e unidades administrativas; Simplificação e uniformização dos processos das unidades de primeiro e segundo grau do TJ-PI; Dimensionamento da força de trabalho à luz da Resolução nº 219/2016 do CNJ; além de Relatório Técnico Final.

GABINETE REMOTO

Trata-se de um projeto continuado, voltado à prestação de auxílio à atividade judicante das unidades judiciárias de Primeiro Grau. Até o presente momento, na Gestão Biênio 2021/2022, foram realizadas 92 (noventa e duas) atuações, nas quais foram elaboradas mais de 16.000 (dezesseis mil) minutas de sentenças e

aproximadamente 23.000 (vinte e três mil) minutas de despachos e decisões, totalizando mais de 39.000 (trinta e nove mil) processos analisados e minutados pelo projeto Gabinete Remoto.

Ampliação da Secretaria Unificada

A Secretaria Unificada atua no cumprimento, tramitação e movimentação dos processos nas unidades abrangidas, traz maior eficiência às atividades jurisdicionais.



Escola Judiciária do Piauí - EJUD

Tendo como missão “Promover a formação inicial e continuada de servidores e viabilizando o desenvolvimento educacional estabelecendo política educacional pautada em saberes transdisciplinares, voltados à abrangência social do seu fim público”, a Escola Judiciária do Piauí não tem medido esforços para formar e capacitar servidores públicos não só do Tribunal de Justiça do Piauí, mas também de diversos órgãos que por meio de parcerias podem usufruir da vasta gama de cursos ofertados por esta unidade.



CURSOS OFERTADOS

QUANTITATIVO ACADÊMICO DO BIÊNIO			
CURSOS	INSCRITOS	APROVAÇÕES	TAXA DE APROVAÇÃO
153	5.275	4.455	84,4%



LISTAGEM DOS CURSOS

Seletivos

Seletivo para juiz leigo e conciliador 2021

Seletivo para estagiários 2022.1

Seletivo para estagiários 2022.2

Congressos

Jornada Científica

LIV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM)

O LIV Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM) foi realizado no Tribunal Pleno do Palácio da Justiça (prédio novo do Tribunal de Justiça do Piauí), entre os dias 14 e 15 de novembro de 2022, teve palestras e apresentação de painéis com o tema central o impacto das novas tecnologias disruptivas no Sistema de Justiça.

O Colégio Permanente de Diretores Estaduais da Escola da Magistratura tem como objetivo integrar as Escolas Estaduais da Magistratura, buscando uniformizar as atividades didáticas e acadêmicas no estudo do Direito e visando ao crescimento intelectual do Magistrado, bem como a promoção de intercâmbio entre as Escolas Estaduais da Magistratura, com troca permanente de experiências funcionais, administrativas e culturais.



Pós Graduação LATO SENSU

Com uma turma, o curso está subdividido em 18 (dezoito) módulos, que serão distribuídos de acordo com o calendário acadêmico.

Inclui o conhecimento e a aplicação do Direito, observadas as peculiaridades do Poder Judiciário brasileiro, a partir de uma construção curricular integralizada. Sendo o público-alvo magistrados e servidores que atuam em conjunto.

A formação e aperfeiçoamento de servidores é essencial para a atuação qualificada do Poder Judiciário, motivo pelo qual é incentivada a participação de analistas, assessores e comissionados no processo de seleção, desde que exerçam suas funções em áreas correlatas à proposta do curso e desde que possuam formação mínima com grau de bacharelado em Direito (conforme disposto no art. 22, §1º da Res. n. 21/2018).

Mestrado e Doutorado

Um acordo de cooperação técnica firmado entre a Escola Judiciária do Piauí-EJUD e a Universidade Federal do Piauí-UFPI, por intermédio da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação – FADEX, disponibilizou editais para capacitação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça a nível de Mestrado e Doutorado.

Para ingresso no ano de 2023, os editais publicados ofertaram ao todo 09 vagas de mestrado e doutorado, nos cursos de Direito, Filosofia, História e Políticas Públicas. Puderam candidatar-se profissionais portadores de diploma de Graduação e Mestrado, conforme a escolha do curso de Pós-graduação stricto sensu, com vínculo comprovado no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, mediante documento emitido pelo setor de recursos humanos.

RE SUL TADOS



DADOS

Relatório Justiça em Números

TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES E BAIXADOS

Os tempos de tramitação dos processos são apresentados com base em três indicadores:

1. Tempo médio entre a data do início do processo até a sentença.
2. Tempo médio entre a data do início do processo até o primeiro movimento de baixa.
3. Duração média dos processos que ainda estavam pendentes no fim do ano anterior.

1. Tempo médio entre a data do início do processo até a sentença.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
Tempo médio da inicial até a sentença	1º Grau: 1016 dias 2º Grau: 396 dias Turma Recursal: 504 dias Juizado Especial: 432 dias

2. Tempo médio entre a data do início do processo até o primeiro movimento de baixa.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
Tempo médio de tramitação dos processos pendentes e baixados	1º Grau: 1164 dias 2º Grau: 602 dias Turma Recursal: 612 dias Juizado Especial: 556 dias

3. Duração média dos processos que ainda estavam pendentes no fim do ano anterior.

RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
Tempo médio de tramitação dos processos pendentes	1º Grau: 1355 dias 2º Grau: 446 dias Turma Recursal: 427 dias Juizado Especial: 629 dias

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE COMPARADA DA JUSTIÇA (IPC-JUS)

É uma medida que busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, ao comparar a eficiência otimizada com a aferida em cada unidade judiciária.

Esse método permite comparações entre tribunais do mesmo ramo de justiça, independentemente do porte, pois considera o que foi produzido a partir dos recursos ou insumos disponíveis para cada tribunal.

Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)	
RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	2022 (Ano Base 2021)
IPC-Jus	65%
Posição em relação aos Tribunais de Justiça	21º

ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO (IC)

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas.

Índice de Conciliação (IC)	
RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
Índice de Conciliação (IC)	9,50%

ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA (IAD)

Esse indicador, para ser estatisticamente considerado positivo, necessita estar no valor de, no mínimo, 100% pois isso refletiria que o Tribunal estaria sendo capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos.

Índice de Atendimento à Demanda (IAD)	
RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
Índice de Atendimento à Demanda (IAD)	83,17%

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS SERVIDORES (IPS)

Esses indicadores computam as médias de processos baixados por servidores em atuação, em outros termos, divide-se o número de baixas processuais pelo número de servidores.

Índice de Produtividade (IPS)	
JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
IPS	148 processos

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS (IPM)

Esses indicadores computam as médias de processos baixados por magistrados em atuação, em outros termos, divide-se o número de baixas processuais pelo número de magistrados.

Índice de Produtividade (IPM)	
JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a NOV/2022
IPM	2.124 processos

TAXA DE CONGESTIONAMENTO (TC)

Mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base (período de referência para coleta de dados), em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Cumpre informar que, de todo o acervo, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano, devido a existência de prazos legais a serem cumpridos, especialmente nos casos em que o processo ingressou no final do ano-base.

Taxa de Congestionamento (TC)		
JUSTIÇA EM NÚMEROS	JAN/2021 a DEZ/2021	JAN/2022 a NOV/2022
Taxa de Congestionamento (TC)	73,64%	73,18%

DADOS

Boletim Estatístico

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

VARIÁVEIS E INDICADORES	JAN/2021 a NOV/2022
CASOS NOVOS	459.862
CASOS PENDENTES	538.329
SENTENÇAS E DECISÕES TERMINATIVAS E HOMOLOGATÓRAS	451.667
DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	488.365
PROCESSOS BAIXADOS	382.464
VOTO	73.703
ÍNDICE DE ATENDIMENTO A DEMANDA	83,17%
ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	9,50%

DADOS

IGOV-TIC-JUD

TI do TJPI tem o resultado de 71,29% no indicador Igov-tic-jud do CNJ, classificado como TI aprimorada de acordo com o levantamento de governança, gestão e infraestrutura de TIC do Poder Judiciário.

Resultados iGovTIC-JUD 2022 – Tribunais de Justiça Estaduais

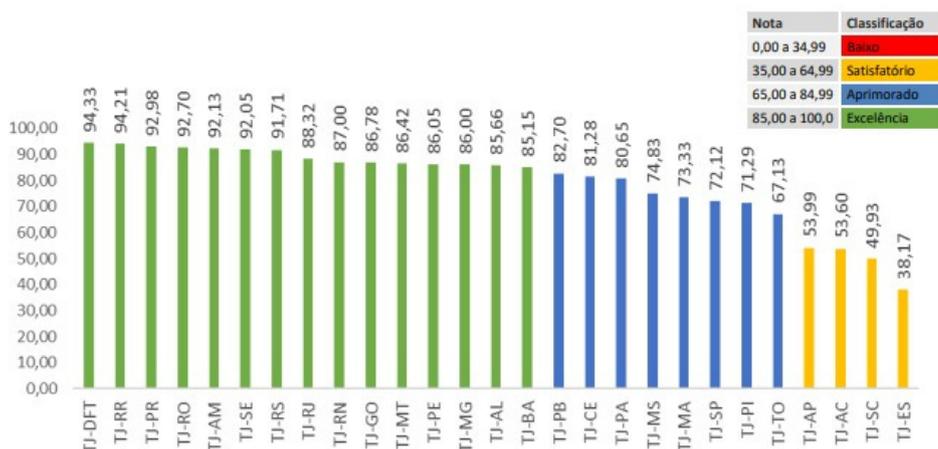


Gráfico 11. Resultados iGovTIC-JUD 2022 por Tribunais de Justiça Estaduais

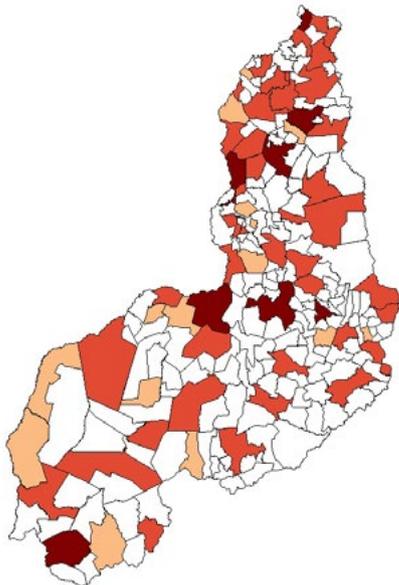
DADOS GERAIS

MAGISTRADOS 180	
FEMININO	MASCULINO
45	135
25%	75%

SERVIDORES 2606		
	FEMININO	MASCULINO
Servidores Efetivos	726	798
Servidores Comissionados	498	367
Servidores Cedidos ou Requisitados	150	67

ESTRUTURA	
Comarcas	61
Postos Avançados	22
Varas Únicas	47
Exclusivas Cíveis	31
Exclusivas Criminais	22
Execução Penal	1
Exclusiva Violência Doméstica	2
Exclusiva Infância e Juventude	2
Juizados Especiais Cíveis e Criminais	11
Juizados Especiais Agregados	11
Juizado Especial de Fazenda Pública	1
Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública	7
Fazenda Pública	4
Tribunal do Júri	2
Família	4
Sucessões e Ausentes	2
Infância e Juventude	2
CEJUSC	20

Mapa das Comarcas



Entrância



FONTE: LEI COMPLEMENTAR Nº266, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022

DADOS

Metas Nacionais

METAS NACIONAIS 2021 (JANEIRO A DEZEMBRO)

METAS 2021		% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
META 1	Julgar mais processos que os distribuídos Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	87,62%
META 2	Julgar processos mais antigos Identificar e julgar até 31/12/2021: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	89,30% <i>1º Grau: 88,01%</i> <i>2º Grau: 118,81%</i> <i>Juizados e Turmas: 106,02%</i>
META 3	Estimular a conciliação Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2020.	80,50%
META 4	Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais Identificar e julgar até 31/12/2021: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2017, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	57,30%
META 5	Reduzir a taxa de congestionamento Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2020. Cláusula de barreira: 56%.	100,11%
META 6	Priorizar o julgamento das ações coletivas Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2019 no 2º grau.	121,63% <i>1º Grau: 98,70%</i> <i>2º Grau: 127,37%</i>
META 8	Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Identificar e julgar, até 31/12/2021, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2019 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2019.	120,12% <i>Feminicídio: 76,19%</i> <i>Violência Doméstica: 120,43%</i>
META 9	Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Realizar ações de prevenção ou desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030.	100,00%
META 11	Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica Alcançar 93% no índice de processos eletrônicos, indicador que computa o percentual de processos ingressados eletronicamente.	105,70%
META 12	Impulsionar os processos de ações ambientais Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.	159,46%

METAS NACIONAIS 2022 (JANEIRO A NOVEMBRO)

METAS 2022 (ATÉ NOVEMBRO)		% DE CUMPRIMENTO DO TJPI
META 1	Julgar mais processos que os distribuídos Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.	83,52%
META 2	Julgar processos mais antigos Identificar e julgar até 31/12/2022: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	94,94% <i>1º Grau: 89,31%</i> <i>2º Grau: 122,78%</i> <i>Juizados e Turmas: 113,68%</i>
META 3	Estimular a conciliação Aumentar o indicador índice de conciliação do Justiça em Números em 2 pontos percentuais em relação a 2021.	84,28%
META 4	Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais Identificar e julgar até 31/12/2022: 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2018, em especial a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.	82,42%
META 5	Reduzir a taxa de congestionamento Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2021. Cláusula de barreira: 56%.	76,41%
META 8	Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Identificar e julgar, até 31/12/2022, 50% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2020 e 50% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2020.	126,29% <i>Feminicídio: 105,08%</i> <i>Violência Doméstica: 126,41%</i>
META 9	Estimular a Inovação no Poder Judiciário Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.	80,00%
META 10	Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 Implementar, durante o ano de 2022, as ações* do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. *Juízo 100% Digital; Núcleos de Justiça 4.0; Balcão Virtual; Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ); Codex.	118,06%
META 11	Promover os Direitos da Criança e do Adolescente Identificar e julgar até 31/12/2022: No 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2020 nas respectivas instâncias.	70,13% <i>1º Grau: 70,13%</i> <i>2º Grau: - %</i>
META 12	Impulsionar os processos de ações ambientais Identificar e julgar 25% dos processos relacionados a ações ambientais distribuídos até 31/12/2021.	165,10%

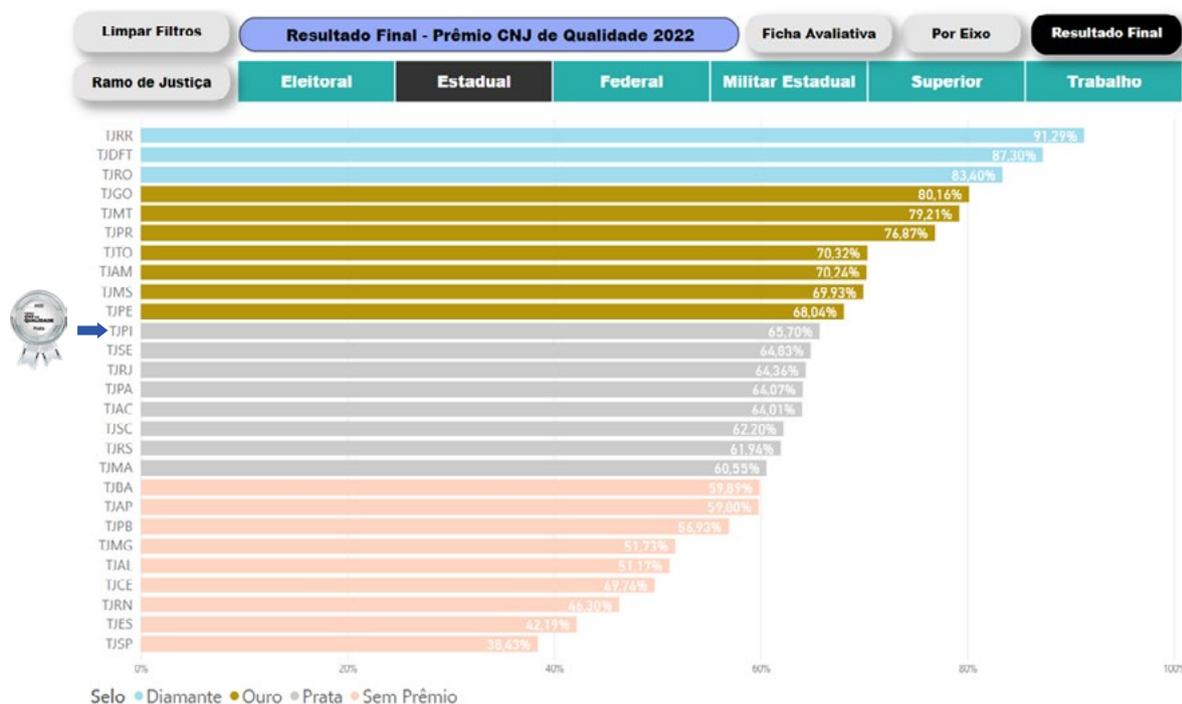
PRÊMIO CNJ de Qualidade



TJPI eleva nível de qualidade em avaliação do CNJ

O resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, conferido aos tribunais nos termos da Portaria CNJ n. 170/2022, está disponível no Painel de Resultados do Prêmio, onde os órgãos do Poder Judiciário podem consultar a pontuação conferida em cada requisito, bem como a ficha de avaliação completa, com o detalhamento da forma de avaliação.

Tribunal de Justiça do Piauí saiu da última posição (27ª) para a (11ª) posição no Prêmio CNJ de Qualidade. O resultado foi divulgado durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário de 2022, realizado pelo CNJ e demonstra o aumento significativo da qualidade do TJPI em relação aos demais Tribunais brasileiros.



"Quero creditar esse avanço ao empenho de todos os Magistrados e Magistradas, de ambas as instâncias, aos servidores e as servidoras das áreas administrativa e judicial e a todos os que fazem o TJ-PI."

Desembargador José Ribamar Oliveira - Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí

RE LA TÓ RIO

2021-2022



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ